

MESTRADO EM FILOSOFIA
FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Para um questionamento filosófico do género não-binário: condições de problematização e (re)significação

Irlandina Afonso

M

2020



Irlandina Afonso

Para um questionamento filosófico do género não-binário: condições de problematização e (re)significação

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia, orientada pela Professora
Doutora Paula Cristina Pereira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020

Irlandina Afonso

Para um questionamento filosófico do género não-binário: condições de problematização e (re)significação

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Pereira.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Dedicado a todos quantos, dia-a-dia,
resistem à loucura da normalidade.*

Sumário

Declaração de honra	3
Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
Abstract	6
Índice de Figuras	7
Notas de Tradução	8
Glossário.....	9
Introdução	15
Estrutura da dissertação	18
1.Capítulo 1 - Pensar o género: por onde começar?	22
1.1. A Fita de Moebius.....	23
1.2. Género e Sexo ou Género/Sexo?	31
1.3. Quando o “Irreal” é Atual: o género mais do que binário	36
2.Capítulo 2 - Corpo	41
2.1. Corpos Rebeldes e Heréticos	43
2.2. A (I)Limitação Corpórea	53
2.3. “Existir” o próprio género	61
3.Capítulo 3 - Normatividade	66
3.1. E, todavia, sou livre.....	66
3.2. A Materialização do Desconhecido	72
Considerações Finais.....	83
Bibliografia	92

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Maia, 25 de setembro de 2020

Irlandina Afonso

Agradecimentos

Aos meus pais, que me ensinaram a ser reponsável por mim própria, com a luz e com as sombras que tal responsabilidade assume.

Ao meu filho, minha bússola e minha fé.

À minha orientadora, que me inspira a redesenhar os meus limites sempre um pouco mais além.

Resumo

Pensar o género a partir de alternativas da sua representação é um processo inerente à sua historicidade, materialidade e normatividade. Estas dimensões subscrevem uma presença ineludível do género em domínios discursivos e de ação como o político, o social, o cultural e o científico. Muitas vezes conflituosas e ambivalentes, as análises do género podem beneficiar de teorizações que clarifiquem termos e premissas, bem como o uso que deles se faz, propondo oportunidades consequentes de problematização e (re)significação.

Para tal, nesta dissertação procura-se, segundo uma perspetiva disruptiva (a nível categorial, conceptual e ético-político) configurada no género não-binário, expor a artificialidade de molduras de entendimento que negligenciam e/ou discriminam experiências de vida e possibilidades de construção de sentidos e do futuro. Neste âmbito, acolhe-se a pertinência para o pensamento filosófico contemporâneo de alternativas ao *status quo* que refletem e refazem o humano e o viver em comum. Ao escopo dos estudos portugueses já existentes (maioritariamente estudos de género e teorias feministas) propõe-se este questionamento filosófico que denota, por um lado, as limitações das considerações que se restringem à binariedade do género e, por outro, a necessidade de criticamente rever categorias, definições e conceitos assumidos demasiadas vezes como dados (ex., “homem”, “mulher”, “natureza”, “humano”, “realidade”). Procura-se, ainda, destacar que a perspetiva não-binária sobre o género, de carácter integrador e relacional, é fulcral no debate contemporâneo sobre diferença, identidade e alteridade.

Palavras-chave: género não-binário, género, corpo, normatividade, filosofia.

Abstract

Thinking about gender from alternatives of its representation is a process inherent to its historicity, materiality and normativity. These dimensions subscribe an inescapable presence of gender in the political, social, cultural and scientific discourses and practices. Often conflicting and ambivalent, gender's analyses may benefit from theorizations that clarify some terms and premises, as well as their use, and prompt consequent opportunities for relevant problematizations and resignifications.

To this end, this dissertation seeks to expose the artificiality of those frames of understanding that neglect and/or discriminate life experiences, and hence the possibilities for construction of meanings and futures. We depart from a disruptive perspective (on categorial, conceptual and ethical-political levels) that is configured in the non-binary gender. The alternatives to the *status quo* are relevant in contemporary philosophical thought, as they reflect and reinvent not only the human, but also the living in common. To the scope of existing Portuguese studies (mostly gender studies and feminist theories) we propose this philosophical questioning that denotes, on the one hand, the limitations of considerations that are restricted to gender binarity and, on the other, the need to critically review categories, definitions and concepts too often taken as given (e.g., "man", "woman", "nature", "human", "reality"). Finally, we hope to emphasize that a non-binary perspective of gender, grounded in an integrating and relational character, is central to contemporary debates about difference, identity and alterity.

Key-words: non-binary gender, gender, body, normativity, philosophy.

Índice de Figuras

FIGURA 1 – FITA DE MOEBIUS I, DE M.C. ESCHER, 1961.	23
--	----

Notas de Tradução

Com o intuito de tornar a leitura mais fluída e obviar a simultaneidade de línguas diferentes (português, inglês, espanhol e francês), procurei obras traduzidas para português dos autores referidos. Nos casos em que a tradução em português não está disponível optei, então, por traduzir eu mesma a partir da língua original. A exceção encontra-se em algumas notas de rodapé e epígrafes, em favor da riqueza e tonalidades que certas expressões e sentidos poderiam perder na tradução ou, ainda, em favor da especificidade de termos e/ou de raciocínio.

Relativamente a alguns termos e expressões com possibilidade de tradução ambígua optei por mantê-los no original, junto da tradução que propus e entre parênteses retos, para elucidar a correspondência pretendida.

Glossário¹

Algumas designações usadas nesta dissertação requerem esclarecimento prévio para que as reflexões suscitadas obviem o mais possível inconsistências e ambiguidades num assunto já de si polissémico. Contudo, não deve esperar-se que qualquer destas “definições” tenha um carácter definitivo ou exaustivo, pois a mudança é idiossincrática destes termos e constitui também a sua mais-valia conceptual. Em alguns casos, para entender-se o seu uso e/ou amplitude recorri a alguma contextualização ou esclarecimento adicional.

Os termos “género” e “sexo” serão analisados num subcapítulo próprio, pois apresentam diversos significados e conotações que justificam por si só uma elaboração mais detalhada. A par disso, da sua conexão e mútua influência dependem a compreensão e questionamento que guiam grande parte desta dissertação.

DESIGNAÇÃO DE GÉNERO [Gender Assignment]

Diz-se da atribuição de género especificamente no momento do nascimento e por inspeção dos genitais do recém-nascido: uma vagina significa que o neonato é uma “menina” e um pénis significa que o neonato é um “menino”. No caso de genitais ambíguos, a designação é adiada até que outros critérios sejam observados (Kessler & McKenna, 1985). Esta designação é diferente, portanto, de “designação de sexo” em que um recém-nascido é categorizado de “macho” ou “fêmea”.

Embora tenha um contexto de pesquisa específico (reportando ao trabalho da antropóloga Suzanne Kessler para compreender as diferenças na atribuição e diferenciação de género por parte de crianças e adultos), é um termo que referirei em

¹ Para elaborar o presente glossário foram consultados, além das obras referidas em texto, outros documentos disponíveis online, a saber: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/325_332_t3c_capGLOSSARIO.pdf; UNDP - United Nations Development Programme <https://www.undp.org/content/dam/rbec/docs/Intersex%20Research%20Study%20UNDP%202017.pdf#page=13&zoom=100,0,0>; APA <https://www.apa.org/pi/lgbt/programs/safe-supportive/lgbt/key-terms.pdf>.

alguns momentos pela sua utilidade na distinção de perspetivas conceptuais sobre o género e/ou sexo.

EXPRESSÃO DE GÉNERO

Refere a apresentação de uma pessoa, isto é, a aparência física, a escolha de vestuário e de acessórios, o comportamento, os gestos e modulação de voz, que comunicam aspetos do género ou do papel de género. Pode ou não coincidir com a identidade de género.

GÉNERO NÃO-BINÁRIO

Designa qualquer identidade de género que não se enquadre em uma das duas categorias da dicotomia mulher/homem (Lantaffi, 2017). É exemplificado pelos termos *genderqueer* e *pessoa não-binária* (Richards et al., 2017). Porque se refere a identidades e não a condições biológicas ou de nascimento, não exclui as pessoas que são intersexo² e as que têm alguma desordem e/ou diversidade de desenvolvimento sexual que não se identificam com a categoria “mulher”, nem com a categoria “homem”.

Há pessoas que não se fixam numa só identidade, isto é, têm género fluído³. E há ainda os que afirmam não ter género⁴. Daqui, e do facto de que a maioria das

² “Intersex status is exclusively related to biological characteristics and is independent of sexual orientation or gender identity. Therefore, an intersex person may be heterosexual, gay, lesbian, bisexual, or asexual. They may also identify as a woman, man, gender non-conforming, and/or non-binary, among other gender identities” (Santi & Ortega, 2018, s/página, segundo item).

³ “[P]eople who move between genders in a fluid way may identify as ‘bigender’, ‘gender fluid’ or sometimes ‘pangender’ (...). Some people move between more than two genders and so identify as ‘trigender’, and sometimes ‘pangender’ as it is a flexible term. Some people identify as a specific additional gender (either between female and male or otherwise additional to those genders) and identify as ‘third gender’, ‘other gender’, and sometimes again as ‘pangender’. Then there are those people who disrupt the gender dichotomy though challenging its very ontology and/or veracity and so identify as ‘genderqueer’ or ‘genderfuck’” (Richards et al., 2016, pp. 95-96).

⁴ “And there are also people who have no gender and so identify as ‘agender’, ‘gender neutral’, ‘non-gendered’, ‘genderless’, ‘neuter’, or ‘neutrois’” (Richards et al., 2016, pp. 95-96).

pesquisas só oferece escolhas binárias do género, segue-se que é muito difícil quantificar a população designada não-binária (Richards et al., 2017).

IDENTIDADE DE GÉNERO

Refere-se ao género que cada pessoa atribui a si mesma, aquele com o qual sente identificar-se (feminino, masculino ou outro). Pode, portanto, ser relativamente independente do género que lhe foi atribuído ao nascer, contrariando a ideia do senso comum de que não há razões para se distinguir a identidade de género da atribuição de género (Kessler & McKenna, 1985). Criou-se o termo “cisgénero” para designar as identidades de género que coincidem com a designação de género à nascença, e “transgénero” para aquelas identidades de género que não se alinham com a designação feita à nascença (Iantaffi, 2017).

Parece-me pertinente acrescentar que algumas pessoas transgénero se veem num papel de simplesmente refazer o género binário, enquanto outras se veem no papel de refutar mesmo a binariedade. Porém, em qualquer das abordagens, as experiências vividas por pessoas transgénero colocam-nos face a face com as complexidades e fluidez do género (Tate et al., 2020).

INTERSEXO

Designa um conjunto de condições associadas ao desenvolvimento atípico de características sexuais físicas (seja anatomia sexual, órgãos reprodutores, padrões hormonais ou cromossómicos). As pessoas que nascem com uma ou mais dessas características, ou com combinações delas, excedem as definições típicas de corpos femininos e masculinos (UNDP, 2017).

Nem sempre se consegue identificar à nascença as pessoas intersexo; às vezes, os bebés têm genitais externos que parecem claramente femininos ou masculinos, mas os seus genitais internos⁵ podem ser diferentes, malformados ou até ausentes.

⁵ “The genitalia include internal and external structures. Intersex people may have different chromosomes or hormones than non-intersex people” (UNDP, 2017, p. 13).

Portanto, um corpo intersexo tanto pode ser diagnosticado na infância, como pode ser identificado só mais tarde na puberdade ou na idade adulta (UNDP, 2017).

A designação surgiu apenas nos inícios do século XX quando começou a ser referenciado nos manuais de medicina. Até então usava-se o termo “hermafrodita” e “pseudo-hermafrodita”, igualmente usados no domínio das plantas e dos animais não-humanos⁶. A ambiguidade destes termos acentuava-se quando misturados com considerações sobre aquilo que, sabe-se hoje, é do foro da orientação sexual (Vincent & Manzano, 2017). Atualmente rejeita-se muitas vezes a designação “intersexo” pela associação ao termo “hermafrodita” ou porque o termo pode referir algo que foi imposto e, portanto, não fez parte de uma escolha própria de identidade (Tolman et al., 2014)⁷. Por isto é recorrente, desde 2006, a designação “DSD” - “diversity/disorder of sexual development” - em vez de “intersexo” ou, então, associado a este para maior inclusão (e é grafado assim: intersexo/DSD) (Richards et al., 2016; Vincent & Manzano, 2017).

Estima-se que a percentagem da população que nasce com traços intersexo se situe entre os 0.05 e 1.7 (UNDP, 2017). Este intervalo amplo de valores deve-se sobretudo à falta de consenso nos critérios de diagnóstico.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Embora não seja trabalhado diretamente nesta dissertação, aproveito este item precisamente para posicionar com mais rigor o foco do meu tema, já que género, sexo e orientação sexual são ainda demasiadas vezes confundidos⁸ e tidos como

⁶ “The term ‘hermaphrodite’ as applied to plants and animals means having both female and male reproductive organs; when applied to people, this term is incorrect and misleading and can contribute to stigma and misunderstanding” (UNDP, 2017, p. 11).

⁷ Convergente com esta informação, refere o relatório da United Nations Development Programme - UNDP: “Intersex people (...) are primarily discriminated against on the grounds of physical appearance and gender expression that arise from their ambiguous sex characteristics. In many cases, they are discriminated against from birth when they are subjected to invasive, irreversible treatment without their consent” (UNDP, 2017, p. 12).

⁸ “In the English language, the word ‘sex’ has two very different meanings. It means gender and gender identity, as in ‘the female sex’ or ‘the male sex’. But sex also refers to sexual activity, lust, intercourse, and arousal, as in ‘to have sex’. This semantic merging reflects a cultural assumption that sexuality is reducible

coerentemente relacionáveis, ou melhor, que ao se saber de um é lícito esperar a correspondência “natural” dos restantes elos. Mas orientação sexual é diferente de sexo, de identidade de género, de papel de género e de expressão de género.

Porque a orientação sexual diz respeito ao sexo da pessoa por quem se é atraído sexual ou romanticamente (do mesmo sexo, de outro sexo, de ambos os sexos), é importante acentuar a dissonância face ao género, de modo a perceber-se que um dado género não obriga a uma dada orientação sexual e vice-versa. Também para que, noutro plano, se entenda que o género designa um espaço denso de significações que contém e excede a matriz heterossexual (Butler, 1993).

Ainda que as formas de sexualidade não determinem unilateralmente o género é, todavia, importante manter uma conexão não-causal e não redutora entre sexualidade e género porque, por um lado, a homofobia deriva muitas vezes de fazer corresponder aos homossexuais um género “danificado”, “falhado” ou até “abjeto” e, por outro lado, porque existe o “terror homofóbico”, isto é, de praticar atos homossexuais e com isso perder-se o próprio género (“deixar de ser um homem ou mulher de verdade”). Assim, mantém-se “um aparato teórico que dê conta de como a sexualidade é regulada pelo policiamento e humilhação do género” (Butler, 1993, p. 182).

PAPEL DE GÉNERO

Designa o conjunto de comportamentos, o padrão de aparência e a personalidade associados a alguém que pertence a um dos dois géneros binários. Sob esta perspetiva alguém que nasce “macho” desempenhará um papel de “homem”, e quem nasce “fêmea” desempenhará o papel de “mulher”. Pode também referir-se ao papel social que uma pessoa está a desempenhar, sendo que algumas características

to sexual intercourse and that it is a function of the relations between women and men. The cultural fusion of gender with sexuality has given rise to the idea that a theory of sexuality may be derived directly out of a theory of gender” (Rubin, 2007, p. 169).

poderão ser conformes, num dado tempo e cultura, ao esperado para cada categoria, mas outras não.

QUEER

É um termo abrangente que é usado para contextos tão diferentes como para descrever a orientação sexual, a identidade de género e a expressão de género que não são conformes com as normas sociais dominantes. Algumas pessoas podem adotar *queer* como um termo de identidade para evitar a limitação da binariedade masculino/feminino ou, ainda, para evitar as restrições impostas por orientações sexuais lésbicas, gays e bissexuais.

TRANSGÉNERO

É um termo muito amplo que incorpora identidades de género dissonantes do género atribuído segundo o “sexo biológico”. É habitual as pessoas referirem que se sentem no género errado. Esta perceção pode ou não ser correlata do desejo de terapia hormonal ou cirurgia de redesignação de sexo.

Introdução

No contexto português, os estudos e investigações sobre o género (ou, mais comumente designados, as “questões de género” ou os “estudos de género”)⁹ têm, na sua maioria, os contributos das áreas da psicologia, dos estudos culturais, do direito, da sociologia, da medicina, da antropologia, das artes plásticas e da literatura. Da filosofia encontra-se uma participação comparativamente mais tímida. Naquele domínio, as instâncias mais habituais de análise são as situações de exclusão e de discriminação da “mulher” face ao “homem”, bem como a tradução das relações problemáticas destes dois géneros segundo dicotomias como natural/cultural, indivíduo/sociedade, privado/público e particular/universal. Mas, sobretudo, o que quero frisar é que prevalece um enquadramento epistémico onde o género é assumido, logo à partida e sem crítica, como binário.

A relevância e urgência destes trabalhos é inegável, mas as suas perspetivas não esgotam e nem abrangem alternativas de reflexão e de agência que, em última análise, exponenciam as possibilidades de inscrição de identidades e viveres outros (e com o outro) nas condições de inteligibilidade¹⁰ de diversos constructos humanos. Pessoas que não se reveem ou não são enquadradas na representação binária estabelecida ou, ainda, que são forçadas a pertencer a uma dessas duas representações do género são a crítica viva e mais direta às ideias e aos termos que alicerçam modos contemporâneos de conhecer o mundo e de nos relacionarmos com o que é outro.

⁹ Segundo o glossário da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (<https://www.cig.gov.pt/>), entende-se por “estudos de género” a “abordagem científica, geralmente interdisciplinar, da distribuição de papéis sociais entre mulheres e homens, bem como da dimensão da relação entre homens e mulheres em todas as disciplinas” (https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/325_332_t3c_capGLOSSARIO.pdf).

¹⁰ Condições de inteligibilidade, segundo Judith Butler (2004), são normas, regras, leis e práticas (que se tornam muitas vezes pressuposições) sem as quais “não se reconhece o humano”, “não emerge o sujeito do amor humano”, ou mesmo, “não se pensa o humano” porque constituem o reconhecimento destes termos e uma definição da própria inteligibilidade. Funcionam tacitamente e lembram, ainda, a política da verdade de Foucault, uma política que prescreve o que conta ou não como verdade, o que regula ou ordena o mundo, e que é aceite como do domínio do conhecimento.

Há um par de décadas, a discriminação de gênero referia-se implicitamente às mulheres, mas agora o gênero refere-se também a identidade de gênero, um assunto particularmente relevante não só nas teorias de transsexualidade e do transgênero, como na política (Butler, 2004) por, por exemplo, implicar a própria noção de estabilidade inerente a “identidade” e por solicitar alternativas de participação e agência política que enderecem “novos” problemas de discriminação e opressão. E é nesta reconsideração do escopo teórico do gênero que faz ainda mais sentido delapidar os artifícios da sua autonaturalização (Butler, 2017a), pensar como se instituíram as estruturas normativas vigentes e como são trabalhadas para perpetuar a dicotomia e fixidez que preconizam. Daqui poder-se-á outorgar uma efetiva alteração do estado de coisas. A ponte entre o plano teórico e o plano prático e a rearticulação de problemas sociais e políticos contemporâneos decorrentes, por exemplo, dos processos da globalização, reforçam o papel da filosofia contemporânea e da filosofia social e política. A mitigação das desigualdades e da injustiça sociais, beneficia destas áreas de pensamento e ação com entendimentos alternativos de liberdade, igualdade, agência política e alteridade (para nomear apenas alguns que estão mais diretamente envolvidos no tema da presente dissertação).

Os contributos da filosofia deverão assim, no meu entender, alargar o âmbito do debate atual sobre o gênero e inscrever a dúvida em teorizações assentes vezes demais em categorias, definições e conceitos tomados acriticamente como, por exemplo, “homem”, “mulher”, “humano”, “realidade”, “sexo”, “natureza”, “cultura”, “essência”, “universal”. Estas designações fundamentam critérios, normas e políticas que estruturam e regulam cada vida e o viver em comum. Mas os próprios termos e as limitações dessas operações podem excluir, negligenciar ou discriminar pessoas que resistem a modelos de assimilação e a hegemonias (de pensamento, de cultura, de economia, de sociedade, de política). As vidas assim desvalorizadas e ameaçadas porque “não contam” como vidas humanas tornam-se, porém, um outro termo do poder: a(s) resistência(s). Leiam-se estas em modos diversos: “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, concertadas, rastejantes, violentas, irreconciliáveis, prontas à transação, interessadas ou sacrificiais” (Foucault, 1994a [1976], p. 99). Além

destas modulações, as resistências têm mobilidade e permeabilidade, características que denunciam transversalmente na sociedade as falsas unidades e as identidades rígidas. Deste modo “suscitam reagrupamentos, sulcando os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os, traçando neles, nos seus corpos e nas suas almas, regiões irredutíveis” (Foucault, 1994a [1976], p. 99).

Com isto em mente, procura-se empreender nesta dissertação um questionamento do género binário, bem como das visões do corpo e da normatividade que estipulam limites e designam o que está para lá destes como “ininteligível”, “não-natural”, “patológico” ou “desviante”. As representações alternativas do género acabam por confirmar que há arbitrariedade e artificialidade nos esquemas instituídos de compreensão do mundo e, por isso, podem repercutir-se positivamente na (re)formulação de normas, regras e leis, bem como de estruturas de pensamento e modos de agência. Daqui abre-se lugar à liberdade e a mais justiça para outros viveres, outros modos de pertença e outras relações existenciais (entre humanos, entre humano e não-humano e com o planeta).

O olhar filosófico sobre este âmbito temático tem, pois, a responsabilidade de procurar e apresentar lados diversos do prisma conceptual que vemos habitualmente associado às teorizações do género. Também a responsabilidade de se inscrever como um domínio de reflexão primordial em temas (como este) recorrentemente ignorados e/ou inclusive inquestionados pelo *corpus* filosófico¹¹. Assim, a filosofia é convocada mais uma vez a explicitar a possibilidade de sentidos outros, a fluidez entre discursos e notar a contingência de dicotomias, hierarquizações e filiações de pensamento. Em paralelo, explora as intersecções com outros domínios filosóficos (ética, metafísica,

¹¹ Monique Wittig lembrava em *The mark of gender*: “[a]s an ontological concept that deals with the nature of Being, along with a whole nebula of other primitive concepts belonging to the same line of thought, gender seems to belong primarily to philosophy. Its *raison d'être* is never questioned in grammar, whose role is to describe forms and functions, nor to find a justification for them. It is no longer questioned in philosophy, though, because it belongs to that body of self-evident concepts without which philosophers believe they cannot develop a line of reasoning and which for them go without saying, for they exist prior to any thought, any social order, in nature. So they call gender the lexical delegation of ‘natural beings,’ their symbol” (1985, p. 2).

política, espaço público, linguagem, estética, mente) e destes com campos como o científico, o social e o tecnológico.

Tornemos mais concretas estas relações. Recorro, pela força da sua atualidade, a apenas alguns exemplos práticos de como a mudança de ponto de vista admite reequacionar: compromissos sociais e laços de parentesco (casamento, adoção, família); classificações que estabelecem doenças e desordens de género e com isso os critérios médicos usados para intervir cirurgicamente e/ou farmacologicamente; os processos ou permissões de alteração de documentos de identificação; ou, ainda, o alcance dos aparelhos normativos que tacitamente distribuem a morte social, a discriminação racial e sexual, a violência, a perda de emprego e o assédio público.

Como um mote que orienta desde o começo o meu interesse neste tema, retenho algumas perguntas que, a meu ver, revelam a pertinência da participação filosófica na investigação atual portuguesa sobre o género: “[s]e eu pertencer a um dado género, ainda serei considerado parte do ser humano? O 'humano' poderá expandir-se para me incluir? Se eu desejar de um determinado modo (...) haverá espaço para a minha vida e será ela reconhecida por outros de quem dependo para a existência social?” (Butler, 2004, p. 2).

Em legítimo terreno filosófico, apontamos nesta reflexão para a inevitável e permanente reinvenção do humano e para a corresponsabilidade no pensar e no agir que esse processo exige.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado *Por Onde Começar?* sublinho a pluralidade de perspetivas, mas também o imbricamento e sobreposição de entendimentos do género. A polissemia aqui inscrita é, ao mesmo tempo, efeito e constituinte da historicidade do género, multiplicando os pontos de partida possíveis para a sua problematização. Daqui a inevitabilidade de esclarecer o ângulo de problematização que escolhi e o aparelho conceptual que penso coadunar-se com esse ângulo.

Ainda neste capítulo, a crescente indispensabilidade de referir o género ou de o implicar no experienciar humano hodierno parecem confirmá-lo como categoria útil em aspetos que vão do campo ético-político ao legal, passando pelo social e científico. Mas desta presença transversal e maleável não deriva necessariamente uma análise crítica dos fundamentos que presidem ao seu entendimento e uso, nem um pensamento integrador das possíveis articulações do género com outros conceitos. Daí a importância de proceder a essas tarefas e expor intersecções que muitas vezes passam despercebidas (e porque despercebidas obstaculizam a mudança). Nesse desígnio tornou-se oportuno explorar e problematizar duas dimensões que, a meu ver, são cruciais para compreender como se instituiu e como é trabalhado o género: o corpo e a normatividade. Estes são respetivamente o núcleo de cada um dos capítulos seguintes.

Assim, *Corpo*, recupera e analisa argumentos que subjazem à estrutura binária do género e vêm dos campos da biologia, da genética e das neurociências. Indaga-se se esses contributos são isentos e veiculam factos naturais (e o que são “factos naturais”?) ou se são fruto de expectativas sócio culturais que procuram fundamentação científica. A partir deste dúvida ramificam-se, neste segundo capítulo, reflexões sobre o que, no corpo, é natureza, interpretação cultural ou ambas e sobre os critérios que justificam, por exemplo, cirurgias “corretivas” em bebés intersexo. Em paralelo, pergunta-se pela diferença sexual, se está na biologia ou numa decisão social, implicando-nos nos debates do essencialismo vs. construtivismo do género.

Prepara-se o espaço para modos de pensar que habilitam outras representações do género, claramente não binárias, flexíveis e relacionais. A materialidade do corpo e a materialização de instâncias ditas não materiais compõem o entendimento do corpo como mais do que um mero organismo biológico. Convocam-se ainda os fantasmas cartesianos (do solipsismo, do problema mente-corpo) para confrontá-los com o corpo enquanto veículo de experienciar da realidade humana e de criação de sentidos, e o corpo enquanto campo fulcral de conhecimento, liberdade e de superação de si e do mundo. As narrativas de “escolha”, a agência corpórea e a performatividade de género sublinham esse desafio e aproximam o terceiro capítulo.

Em *Normatividade*, procura-se congregar os assuntos anteriores, redimensionando-os e articulando-os, dando um passo no sentido de possibilidades de efetivação de mudança. Distinguindo o “estar sujeitos a” normas do “ser determinados por” essas normas, conforma-se nesta instância da dissertação o jogo de interpretar, (re)significar ou apropriar o que nos condiciona para subverter o seu poder opressivo, discriminatório e potencialmente mortal. Nesse exercício, convoca-se a significação metafísica operada por questões como “o que sou?” (se não sou o humano que a sociedade prescreve) e a procura dessa resposta acaba por desconstruir o humano e propor nova assemblagem.

A performatividade de gênero, elaborada até aqui como processo de produção do sujeito de gênero e condição de possibilidade da sua agência política encontra agora a interseccionalidade, noção que catapulta a performatividade política para uma esfera mais abrangente da realização do humano, isto é, na compreensão do existir o mundo e ser/estar com o outro. Por isto, o gênero não-binário denota ser participante nuclear nos debates filosóficos sobre alteridade, diferença e identidade pela perspectiva disruptiva que experiências de vida tão diversas solicitam do pensamento político e ético num mundo atual mais interdependente e multicultural.

No decurso dos três capítulos caminha-se paulatinamente de uma suposta “evidência” e “facticidade” exterior (anatômica) e de uma materialidade reduzida à organicidade biológica, para uma materialização do que pareceria apenas discursivo, abstrato e até transcendental. Mas este abstrato pode afinal ser concreto e a transcendência volver-se imanente - a liberdade ganha literalmente corpo. Estas transposições operam um reentendimento das (in)determinações do gênero: ao tornar corpóreas as convenções, as tensões, os medos e aspirações que tecem o indivíduo, o viver em comum e o estar no/com o mundo, o caminho proposto tenta diluir dicotomias e oposições ontológicas. Fazer sobressair os limiares emaranhados (mas não caóticos) que obrigam a reequacionar e reformular o *status quo* do gênero e, enfim, do ser humano.

Esta diluição não deve ser conotada com um “tudo vale” e nem deve mimetizar um baixar de braços. Pelo contrário, sugere-se perceber aí a abertura ao incerto, a

articulação conceptual e a fluidez entre discursos que incrementa as possibilidades de agir em prol de menos injustiças e melhores sociedades.

1. Capítulo 1 - Pensar o gênero: por onde começar?

Dito de outra maneira, o equívoco é essencial à existência humana, e tudo o que vivemos ou pensamos sempre tem vários sentidos.

Maurice Merleau-Ponty (1999 [1945], p. 233)

Being non-binary is not just about my gender, but also about rejecting dichotomies and oppositional thinking, affirming my own complexity and simultaneity. Being non-binary isn't just about being defined by my absence (I am not a man or a woman), but also by my abundance (I am far too expansive to be encapsulated by the gender binary). Being non-binary is about embracing my fluidity, my becoming, my journey without fixed destination.

Alok Vaid-Menon (*in* Arora, 2018)

A pergunta “por onde começar?” evoca a dificuldade em estabelecer um ponto de partida temporal e teórico claro ou unívoco para analisar uma ideia, termo, conceito que é simultaneamente objeto de estudo e ferramenta analítica. Em acréscimo, o gênero é uma referência tão pervasiva e natural (Rubin, 2007) no experimentar diário que faz parecer sem sentido perguntar pela sua genealogia. Não por acaso, essa dificuldade de partida advém da relacionalidade de campos de conhecimento e da pluralidade de discursos (político, científico, cultural, popular, ...) em que o gênero está implicado. Em paralelo, uma tendência para a excessiva simplificação ou confusão¹² dos seus conteúdos e significações incorre no risco de um debate contraproducente.

¹² Referindo-se por exemplo à ideologia de gênero, uma ideia promovida por grupos religiosos críticos da performatividade de gênero, Judith Butler responde em entrevista (fevereiro de 2020) de que modos se reduz o gênero: “sometimes, by ‘gender’ they simply mean gender equality, which, for them, is destroying the family, which presumes that the family has a necessary hierarchy in which men hold power. They also understand ‘gender’ as trans rights, gay rights, and as gay equality under the law. (...) They imagine that those of us who belong to this ‘gender movement,’ as they put it, have no restrictions on what we will do, that we represent and promote unchecked sexual freedom, which leads to pedophilia” (*in* Gessen, 2020).

1.1. A Fita de Moebius

“Por onde começar?” lembra uma fita de Moebius onde princípio e fim, causa e efeito se confundem. Se *prima facie* isso ameaça instalar um movimento vicioso de ideias e de repetições, por outro lado ilustra que qualquer ponto escolhido para iniciar a reflexão está necessariamente envolvido com outros pontos, tornando ingloria a tentativa de isolar categorias ou atribuí-las a uma única esfera de ação e pensamento. O que se problematiza no género é devedor e também produtor de outras circunstâncias, sejam elas expectáveis ou não. Por fim, a imagem remete para o infinito - como devir (Medico, 2019), o género representa bem um movimento permanente de mudança¹³ e a incompletude gerada pelo ideal que sempre escapa.

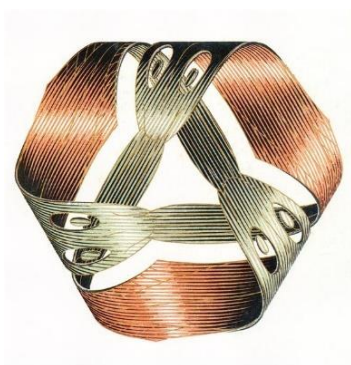


Figura 1 – Fita de Moebius I, de M.C. Escher, 1961.
(Imagem de domínio público)

Uma vez imiscuídos, sem apelo nem agravo, nesta narrativa parece-me que o ponto de partida é *in media res*: necessariamente de um ponto já adiantado da ação, mas agora com um sentido genealógico¹⁴, para que a narrativa seja mais integradora e,

¹³ Será elaborado no segundo capítulo desta dissertação.

¹⁴ Ao modo foucaultiano, que distingue *genealogia* de *gênese*: “[d]igamos, *grosso modo*, por oposição a uma *gênese* que se orienta em direção à unidade de uma causa principal compacta de uma descendência múltipla, haveria aí uma *genealogia*, isto é, algo que tenta restituir as condições de aparição de uma singularidade a partir de múltiplos elementos determinantes, e que aparece não como o produto, mas como o efeito. Posta em inteligibilidade, então, mas que é preciso atentar que ela não funciona segundo um princípio de fechamento” (Foucault, 1990 [1978], p. 17). Em acréscimo, Judith Butler esclarece, inspirada em Foucault, que: “it will not be enough to isolate and identify the peculiar nexus of power and knowledge that gives rise to the field of intelligible things. Rather, it is necessary to track the way in which

ao mesmo tempo, permita projetar outros futuros. Aplicado ao gênero, isto significa que é tão importante entender em que termos o gênero foi instituído e naturalizado, quanto apreender os momentos em que o sistema binário de gênero passa a ser desafiado, ou ainda, em que momentos a suposta coerência das suas categorias inspira dúvida e a vida social do gênero passa a ser maleável e modificável (Butler, 2004, p. 216).

O termo “gênero”, no entendimento que tem hoje para a sexualidade, identidade e papéis sociais humanos, tem cerca de 65 anos e foi cunhado pelo psicólogo e sexólogo John Money (Germon, 2009). Movido pela investigação na compreensão do *hermafroditismo humano* (termo de Money), procurou estabelecer uma distinção face ao sexo biológico, pelo que o contexto inicial procurava, antes de mais, justificar as práticas clínicas destinadas a “habilitar” as pessoas intersexo, na infância e adolescência, para a feminilidade e a masculinidade (Germon, 2009). Acabaria, no entanto, por tornar-se extensivo à população não-intersexo como explicação da aquisição de identidade masculina e feminina. É relevante destacar desde já, e para propósitos próximos (do capítulo 2), que Money deixa claro “que considerar qualquer célula do corpo autenticamente masculina ou feminina é uma deturpação da epistemologia” (Kessler, 1990, p. 24). E notar ainda, para os mesmos propósitos, que muitas das ideias de Money alcançaram um estatuto axiomático ao longo dos últimos 50 anos, mas repousam afinal sobre bases muito instáveis (Germon, 2009).

Falar atualmente em gênero não denota, em grande parte dos debates, as camadas de derivações, reapropriações, distorções e controvérsias que foram sendo acumuladas ao longo da sua narrativa. Continua a reproduzir-se um discurso em que o gênero está para a cultura como o sexo está para a natureza¹⁵, mas “o gênero é também

that field meets its breaking point, the moments of its discontinuities, and the sites where it fails to constitute the intelligibility it promises” (2004, pp. 215-216).

¹⁵ Sobre o sexo como natureza, escreve Gayle Rubin: “[s]everal persistent features of thought about sex (...) are so pervasive in Western culture that they are rarely questioned. Thus, they tend to reappear in different political contexts, acquiring new rhetorical expressions but reproducing fundamental axioms. One such axiom is sexual essentialism (...). Sexual essentialism is embedded in the folk wisdoms of Western societies, which consider sex to be eternally unchanging, asocial, and transhistorical. Dominated for over a century by medicine, psychiatry, and psychology, the academic study of sex has reproduced essentialism” (2007, p. 149).

o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ se produzem e estabelecem como ‘pré-discursivos’, anteriores à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* atua a cultura” (Butler, 2017a, p. 63). Daqui se compreende (e veremos com mais detalhe no capítulo 2) que, mais do que um significado cultural tatuado num sexo pré-determinado, “o género tem também de designar o próprio aparato de produção graças ao qual se estabelecem os próprios sexos” (Butler, 2017a, p. 63).

É inerente ao pensar e viver o (no) tempo perceber que qualquer intenção de monopólio de conceitos, valores ou ideais ou, ainda, de qualquer tática ou estratégia, é ilusória, pois aqueles são elementos ativados por circuitos de poder historicamente específicos que condicionam o seu conteúdo e ramificações (Butler & Weed, 2011). Mas não é só de uma cooptação de conceitos por relação ao género que estamos a falar. Fruto das movimentações, camadas e tempos que referi, ocorre por vezes que uma causa revolucionária, progressiva ou crítica se torne, ao longo do tempo, numa estratégia de exploração ou ordem dominadora¹⁶ (Butler & Weed, 2011). Ainda relacionado com esta constatação dos entendimentos plurais sobre género e sexo, podemos referir os “pânicos morais” (Rubin, 2007), pelos quais os conflitos de género se tornam também consequentes: são momentos políticos em que atitudes difusas, geralmente apontando quimeras e/ou significações, são canalizadas para ações políticas e destas para transformações sociais¹⁷. Emergem de estruturas discursivas pré-existentes que inventam “vítimas” para tratar “vícios” como se fossem crimes e, assim, assiste-se por exemplo à criminalização de comportamentos inócuos (como a

¹⁶ “In the same way that the terms of an exclusionary modernity have been appropriated for progressive uses, progressive terms can be appropriated for regressive aims. The terms that we use in the course of political movements which have been appropriated by the Right or for misogynist purposes are not, for that reason, strategically out of bounds. These terms are never finally and fully tethered to a single use. The task of reappropriation is to illustrate the vulnerability of these often-compromised terms to an unexpected progressive possibility; such terms belong to no one in particular; they assume a life and a purpose that exceed the uses to which they have been consciously put” (Butler, 2004, p. 179).

¹⁷ Por exemplo, “[t]he white slavery hysteria of the 1880s, the anti-homosexual campaigns of the 1950s, and the child pornography panic of the late 1970s were typical moral panics. Because sexuality in Western societies is so mystified, the wars over it are often fought at oblique angles, aimed at phony targets, conducted with misplaced passions, and are highly, intensely symbolic” (Rubin, 2007, p. 163).

homossexualidade e o transsexualismo) justificando-os de ameaça à saúde, à segurança individual e de estado, à família ou, mesmo, à civilização (Rubin, 2007). Os pânico morais acabam, deste modo, por exercer efeito a dois níveis: o mais direto sobre a pessoa ou grupo da população que o seu discurso sequestra e, no seu nível mais abrangente, na afetação da população geral pelas modificações legais e sociais que acabam por operar. “Muitos edifícios poderosos foram construídos com base em tais fantasmas. Geralmente, um surto de pânico moral é precedido por uma intensificação de tais bodes expiatórios” (Rubin, 2007, p. 163).

É ponderando sobre a carga que estas nuances de género e sexo transportam, que a reflexão acaba por sublinhar uma não-unidade de discursos e a sua variabilidade. E veja-se adicionalmente que o vínculo do feminismo com o termo “género” (sobretudo desde os anos 70 do séc. XX) é apenas um de muitos daqueles estratos, mas é de tal ordem intrincado que o “género tem sido frequentemente atribuído ao feminismo como se o termo não tivesse história fora dessa tradição” (Germon, 2009, p. 85). Apesar disto, a maioria das correntes feministas não questionou o âmbito da corporalização [embodiment] do sexo, focando o seu olhar sobre o significado cultural e psicológico das diferenças sexuais - o género (Fausto-Sterling, 2000)¹⁸. Assim, no intuito de demarcar “sexo” de “género” por uma base cultural ou social, deixou-se aberta a possibilidade de confirmar ainda diferenças sexuais ao nível orgânico, nomeadamente nas funções cognitivas do cérebro. Em certos círculos, o debate sexo vs. género polarizou-se entre os que asseveravam o quão enraizado no cérebro estão, afinal, os comportamentos e a inteligência, e aqueles que escolhiam ignorar os resultados científicos (Fausto-Sterling, 2000).

No capítulo seguinte veremos que resultados e interpretações podemos obter da neurobiologia, endocrinologia e biologia, com vista a perceber os argumentos

¹⁸ No mesmo sentido, diz-nos Jennifer Germon: “[w]hile feminists offered strong critiques of the binary logic of the nature/culture dichotomy, the historical link between the category of sex and the category of nature failed to make the agenda of early second-wave analyses” (2009, p. 85).

apresentados para justificar (ou não) cientificamente o dimorfismo sexual e a sua imutabilidade (portanto, as bases hipotéticas para uma dicotomia de género)¹⁹.

Noutra vertente, a área da psicanálise, determinou-se em grande medida a história do género como conceito ontológico (Germon, 2009), sobretudo com os trabalhos de Robert Stoller a partir de 1964. A distinção entre “identidade de género” e “papel de género” foi elaborada sobre a noção inicial de género de Money, distinção essa que permitiu a Stoller desenvolver uma noção para o estatuto psicológico daqueles cujos comportamentos e identificações [identifications] eram dissonantes dos seus estatutos morfológicos (Germon, 2009). Ao apelidar o resultado de Money de “identidade de género nuclear” [core gender identity], Stoller desenvolveu uma teoria sobre “identificações [identifications] de género aberrantes quer em transsexuais masculinos como em intersexuais”. Claro que apontar a existência de uma identidade de género nuclear e, a partir dela, designar o que é “aberrante”, pode dar a entender que há algo interno imutável (“essencial”). Mas

[s]ob que condições uma identidade de género ativamente apropriada do campo das normas culturais acaba por mascarar o carácter ativo, interpretativo e performativo da sua própria realidade, aparecendo como uma substância interna sólida que, não apenas persiste de forma idêntica ao longo do tempo, como também passa a operar como uma matriz explicativa para comportamentos subsequentes? (Butler, 1998, p. 375)

Entendido de modo vago e sobre bases de conforme vs. aberrante, o género tende a abrigar representações tão diversas como sexo, orientação sexual, identidade de género, intersexo, papel de género, atribuição de género e designação de género. Daqui decorrem imprecisões e limitações que refletem talvez o uso de um “discurso cultural hegemónico predicado em estruturas binárias que se manifestam como linguagem de uma racionalidade universal” (Butler, 2017a, p. 66). À luz desta racionalidade, deixam-

¹⁹ “Understandings of the term ‘sex’ consolidated around the idea that it was the biological basis upon which cultural gender overlaid. In effect, sex - like nature - was rendered passive and oppositional to the active category of cultural gender. The inescapability of sex was assumed, as was the body’s apparent immutability. As a result, the essentialism inherent in the categories man and woman and male and female was left unexamined” (Germon, 2009, p. 86).

se indefiníveis outras “configurações imagináveis e realizáveis de género numa cultura” (Butler, 2017a, p. 66).

Hoje em dia, a terminologia disponível²⁰ reflete a tentativa de a linguagem captar a evolução, a especificidade e complexidade dos constructos relacionados com o género. Saliente-se que nenhuma destas noções são redutíveis umas às outras e a influência mútua destes domínios não deve ser confundida com fenómenos de causalidade ou de determinação. Manter o termo “género” à parte da masculinidade e da feminilidade configura uma salvaguarda da sua potencialidade semântica, para que não seja exaurida pelos termos binários. A necessidade de terminologia variada sinaliza a movimentação do género para lá de uma naturalização da binariedade. Esta naturalização é veiculada precisamente pela convergência do género com os termos macho/fêmea, masculino/feminino e homem/mulher que ele pretende evitar (Butler, 2004). Portanto, insistir em discursos que restringem o entendimento do género a uma moldura conceptual binária é continuar um poder regulador que faz de uma hegemonia um “facto natural” sem disrupção possível (Butler, 2004).

Além da terminologia/linguagem refletir já alguma desconstrução da suposta conformidade do género e da sua binariedade morfológicamente pré-estabelecida, perfila-se mais significativa a possibilidade de o sexo ser afinal tão culturalmente construído quanto o género. Daqui à admissão de que o sexo “talvez sempre fosse o próprio género” (Butler, 2017a, p. 63) não é um passo muito grande. Num enquadramento em que o sexo é uma categoria com género, a distinção entre os dois e a definição costumeira do género como mera interpretação cultural do sexo deixa de fazer sentido. Também o essencialismo sexual – “a ideia de que o sexo é uma força natural que existe antes da vida social e molda as instituições” (Rubin, 2007, p. 149) – perde o seu fundamento. O sexo como algo que não se altera no tempo, que não depende da sociedade e que transcende a história (Rubin, 2007) revela-se contraditório.

²⁰ Sugere-se consultar em Comissão para a Igualdade de Género <https://www.cig.gov.pt/>, o documento https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/325_332_t3c_capGLOSSARIO.pdf, lista de 2009; também <https://www.cig.gov.pt/lgbti/glossario-orientacao-sexual-identidade-expressao-genero-caracteristicas-sexuais/>.

Mas este pode vir a ser o corolário de uma reflexão que tentarei sustentar nas próximas páginas. Para já, volto à amplitude e utilidade que o termo “género” aufere.

Não é possível negar o sucesso social do género e, talvez por isso mesmo e pela vagueza que lhe está associada na maioria dos debates, é um assunto que está na moda (Butler & Weed, 2011). Bastaria este sentido para admitir que é uma “categoria útil”, mobilizando a atenção e convocando ativismos sociais. O que não quer dizer que essa mobilização seja sempre livre de uma lógica instrumentalista e que essas instrumentalizações não sejam dúbias ou polémicas. Na verdade, o género é por vezes usado como uma arma discriminatória, mesmo quando apela à igualdade:

[e]ste é o problema dos discursos de igualdade de género e democracia sexual mobilizados por projetos imperialistas ou racistas - Sarkozy usa-os para distinguir os valores progressivos da república francesa dos valores dos novos imigrantes, os neoconservadores americanos usam-nos para distinguir um “nós” ocidental de um “eles” islâmico e para construir “redes muçulmanas moderadas” e a figura do “muçulmano moderado.” Em cada caso, ficamos perplexos diante da apropriação de termos e objetivos feministas e *queer* por projetos conservadores em desacordo com os nossos, mas que fazem uso dos nossos para legitimar esforços de exclusão racial, claramente imperialistas ou então, mais subtis, da supremacia ocidental (Butler & Weed, 2011, pp. 316-317).

Assim, ainda que perca o seu valor heurístico, “o género conserva eficácia política” (Butler & Weed, 2011, p. 148). Podemos perguntar quanto dessa eficácia (política, social, cultural) se deve aos estereótipos de género (se quisermos, às convenções sociais para a prática do género) e quanto se deve ao combate a esses mesmos estereótipos. Ou ainda, “[c]omo explicamos a transformação do estereótipo dentro da prática de género se não houvesse outra coisa no género, por assim dizer, que não fosse imediatamente cooptada ou excluída pelo estereótipo?” (Butler, 2000, p. 60). Portanto, pensar numa possível eliminação da categoria do género entronca nas considerações sobre o quão conveniente será manter os estereótipos (porque mobilizam espaços para criatividade anti estereótipo) ou eliminá-los perentoriamente. Seria o género o mesmo que entendemos hoje se se conseguisse eliminar os presentes estereótipos? (Butler, 2000). E não surgiriam mais à frente outros clichés? Servem estas perguntas apenas para

apontar que o género não pode ser determinado à partida e que a sua utilidade é contingente. Das suas transformações poderemos apenas captar o “como” - como se gerou, como trabalha e é trabalhado, como é que as suas significações se multiplicam e conectam. Prescrever um “deve ser” é simplesmente desprover o género do seu carácter performativo que, como será elaborado nesta dissertação, é condição de possibilidade da disrupção da normatividade e de um refazer do humano²¹.

Não tomar o género e seus significados como dados garantidos é promover a sua produção e rearticulação ao longo do tempo, em modos diversos e diferenciadores que tornam o género “parte da própria operação do poder ou, nas palavras de [Joan] Scott, ‘uma forma primária de significar o poder’” (Butler & Weed, 2011, p. 3). Por isto mesmo, a sua contextualização e as suas relações com, por exemplo, a política, classe social, poder e história, são vertentes da sua constituição que não permitem considerações ontológicas, isto é, saber o que o género “é”.

A sua utilidade será, pois, medida em função dos propósitos com que é evocado e trabalhado, bem como em função dos resultados e repercussões geopolíticas que gera (Butler & Weed, 2011). Isto revela a mutabilidade inerente a uma categoria histórica e não a fixidez de uma essência intemporal. E não é apenas uma categoria histórica entre outras, “uma vez que o género trabalha na própria definição e produção histórica das principais dimensões da vida social e política, incluindo trabalho, classe, política e direitos” (Butler & Weed, 2011, p. 4).

As reflexões que se seguem indiciam já essa força relacional do género, desde logo ao nível das apropriações terminológicas (subcapítulo 1.2) e depois como requisito para considerar vidas “reais” (subcapítulo 1.3). Estas não são inconsequentes na problematização que me propus elaborar ao longo dos restantes capítulos. Para já, deixam sublinhado como o efeito fita de Moebius inerente ao pensamento do género

²¹ A este propósito refere Alex Iantaffi: “how are we to understand our own humanity given that so much psychological, sociological, cultural, and health knowledge revolves around the polarised dichotomy of men and women (with cisgender status implied)? A non-binary construct of genders calls then for an even deeper structural change in the ways we organise, produce, and reproduce knowledge across a range of disciplines. It invites us to reconsider what we know about being human, about relationships, education, bodies, social roles, and more” (2017, pp. 289-290).

convoca uma necessária criatividade conceptual e rearticulações a partir de uma realidade mais do que binária.

1.2. Género e Sexo ou Género/Sexo?

Incluir os dois termos no mesmo espaço de explicitação prefigura já uma direção: género e sexo não são independentes um do outro e nem redutíveis entre si. A terminologia nesta área é assumidamente complexa e controversa (Hyde et al., 2018). Parece-me um exercício elucidativo comparar definições separadas por três décadas de atenção dada ao tema. Em 1985, Suzanne Kessler e Wendy McKenna partiam da definição de género como “aspectos psicológicos, sociais e culturais de masculinidade e feminidade”, enquanto que sexo “designa geralmente os componentes biológicos de masculinidade e feminilidade” (1985, p. 7). Em 2018, Janet Hyde et al. esclareciam que o termo “género” referia “sistemas socioculturais que incluem normas e expectativas para machos e fêmeas, variáveis em função de intersecções com outros fatores assim como com processos psicológicos como identidade, feminilidade, masculinidade e conformidade ou não-conformidade de género”. Para os mesmos autores, o termo “sexo” é usado para referir “sistemas biológicos que envolvem os cromossomos X e Y, a diferenciação sexual pré e pós-natal e as hormonas que influenciam a diferenciação sexual dos genitais externos, que, por sua vez, servem como base para a atribuição do sexo no nascimento” (2018, p. 2). Percebe-se na comparação uma crescente atenção ao contexto multifatorial e interdisciplinar que passa a ser exibido nas definições mais recentes, e vê-se, em breves linhas, dois aspetos importantes da interdependência: primeiro, como um conceito convoca o outro para se estabelecerem distintos e, depois, a relação convergente dos dois para a diferenciação/dimorfismo sexual.

Duas suposições fundamentais sublinham o pensamento atual sobre o sexo como um sistema biológico e sobre as suas relações com outros sistemas: (a) que o sexo é um sistema dimórfico (ou seja, um sistema que pode assumir uma de apenas duas formas), e (b) que os efeitos do sexo noutros sistemas (por exemplo, o cérebro, a identidade de género) são caracterizados por um

resultado dimórfico (por exemplo, cérebro masculino vs. feminino, identidade de género masculina vs. feminina) (Hyde et al., 2018, pp. 2-3).

A associação do género ao sexo é ainda de tal ordem vincada que quando a alguém é atribuído à nascença, pela inspeção dos genitais, o sexo “fêmea”, assume-se que o seu género será “feminino”, que terá um papel de género “mulher” e que, com grande probabilidade, irá sentir-se atraída por homens quando atingir a maturidade (Richards et al., 2016). Estas inferências são igualmente tomadas em relação aos homens, ligando sexo a género, a papel de género e a sexualidade²².

Embora se admitam variações, o género binário mantém-se como uma norma cujos “desvios” e “exceções” (muitas vezes “patológicas”) não têm peso suficiente para a desestabilizar e podem inclusive funcionar como um reforço ou confirmação do seu carácter binário (Butler, 2004). Contudo, mencionar que há uma interdependência não é o mesmo que apontar uma causalidade, nem é o mesmo que intuir um mimetismo entre os dois, ou privilégio de um sobre o outro. As “[e]struturas de género mudam a função e a estrutura biológicas. Ao mesmo tempo, a estrutura e função biológicas afetam o género, a identidade de género e o papel do género quer ao nível individual como cultural” (Fausto-Sterling, 2019, p. 4). Bem assim, é muito difícil fundar aspetos do comportamento adulto, das emoções, da orientação sexual ou da identidade em bases exclusivamente de sexo ou de género. As pessoas que, cada vez em maior número, são identificadas como não-binárias²³ tornam evidente a circularidade que resulta de tentar definir sexo à parte de género (Fausto-Sterling, 2019).

²² Christina Richards et al. esclarecem ainda: “It is a trivial assertion, however, to say that these inferences are not invariably correct. For example, male people may be attracted to other male people; people assigned male at birth may have a female gender identity; and people assigned female may have a male gender identity but, for pragmatic reasons, have a female gender role (...). All these acknowledged variations nonetheless still presuppose a binary system of male and female, albeit that ‘male’ and ‘female’ here may be expressed in different ways, e.g. as gender, sex, gender role” (2016, p. 95).

²³ “In the United States, the Injustice at Every Turn research, which included responses from over 6000 transgender people, found that 13% of respondents chose the option ‘A gender not listed here’ and 860 of those respondents wrote in their own gender identity terms (...). It is clear that more and more people are identifying and making sense of their experience in these kinds of ways now that non-binary understandings of gender are more readily available through online resources and communities; through options on social media (...); and through visible articles and celebrities in mainstream media (...). Therefore, the proportion of people identifying with non-binary gender is constantly shifting and almost impossible to measure accurately. Another issue which makes measurement very difficult, (...) is that

Mesmo usados separadamente, os dois termos não alcançam, todavia, clareza de sentido. Veja-se que, por exemplo, em relação a “sexo”: podemos estar a referir-nos a pessoas designadas “macho”, “fêmea”, “transexual”, “intersexo”, ou a aspetos de feminilidade/masculinidade tomadas como biológicas, corporais, evoluídas, físicas e/ou inatas (como vulvas, pénis, seios, forma do corpo) ou podemos, ainda, estar a referir-nos a um sentido interno de “self” (van Anders, 2015). Estas disjunções revelam o duplo carácter do termo, o discursivo e o perceptual. Isto confere ao sexo “um regime epistémico historicamente contingente”, desde logo, ao nível da “linguagem que forma a perceção ao moldar à força as inter-relações por que se percecionam os corpos físicos” (Butler, 2017a, p. 235). Embora seja impossível descortinar se haverá um corpo “físico” anterior ao corpo perceptualmente percebido (Butler, 2017a), pode defender-se que o ato mesmo de reunir, categorizar e, em seguida, discriminar traços característicos de um corpo masculino ou feminino é, no mínimo, suspeito. Por exemplo, que “o pénis, a vagina, os seios, etc., sejam nomeadas partes sexuais é uma restrição do corpo erógeno a essas partes e uma fragmentação do corpo enquanto todo”. Daí que a “unidade” imposta no corpo pela categoria de sexo seja uma “desunidade” e uma compartimentação (Butler, 2017a).

Quanto ao termo “género” isoladamente, ele pode referir-se a aspetos da masculinidade, feminilidade e diversidade de género que são tidas como socializadas e culturais (como a aparência e o comportamento) ou, ainda, referir-se a um sentido interno de cultura, dos papéis sociais, de crenças acerca do “eu”, de estruturas e de sistemas (van Anders, 2015). As pessoas por ele designadas são, então, “femininas”, “masculinas”, *genderqueer*, “transgénero”, *butch*, *femme*, etc. (van Anders, 2015).

Não é, portanto, despiciendo o recurso à criatividade conceptual para tentar escapar a estas dificuldades e sobreposições e reconhecer como infrutíferas as tentativas de separar género de sexo. A proposta de um único conceito, como sugere

whilst relatively few people may identify as non-binary (to the point of using a non-binary gender label or refusing to tick the ‘male/female’ box on a form), many more people experience themselves in non-binary ways. Indeed (...) over a third of people in the general population felt to some extent that they were the ‘other’ gender, both genders, and/or neither gender” (Richards et al., 2017, pp. 5-6).

Sari van Anders, pode realizar-se na grafia “género/sexo”²⁴, revelando esta designação “pessoas/identidades como um todo e/ou aspetos de mulheres, homens e pessoas que se relacionam com a identidade, mas não podem ser atribuídos indubitavelmente ou ao sexo ou ao género” (2015, p. 1181). Algumas características do termo “género/sexo” são passíveis de se dividirem em género e sexo, mas muitas outras não o são. Uma das tentativas de cisão foi servida pela noção de que a testosterona é um marcador biológico do sexo. Contudo, a testosterona pode ser modulada por fatores sociais e ambientais (como pensamentos e atividades sexuais ou nutrição) (van Anders, 2015). Então, “a testosterona é ‘sexo’ porque é biológica ou é ‘género’ porque há forças socioculturais que a afetam? E que chamamos a estas características que são simultaneamente género e sexo, sociais e biológicas? Chamamos género/sexo” (van Anders, 2015: 1181).

Entende-se que, embora género e sexo estejam relacionados, não são uma e a mesma coisa e acabam por formar a base de dois domínios diferentes de prática social (Rubin, 2007). É neste sentido que se acrescenta que “o conceito de género (...) se refere a modos de conhecimento - integralmente relacionados com padrões linguísticos - que organizam a perceção da natureza e a sua relação com papéis sociais” (Butler & Weed, 2011, p. 43). Mais do que um fenómeno social que se altera no tempo, o género é um efeito de uma articulação discursiva de sexo e das relações entre sexos (Butler & Weed, 2011). Por isso é que não podemos ver a diferença sexual senão como uma função do conhecimento sobre o corpo, conhecimento este que não é “puro” e não pode ser isolado das suas implicações numa ampla gama de contextos discursivos. “A diferença sexual não é 'a causa originária da qual a organização social pode derivar. Em vez disso, é uma organização social variável que deve ser explicada” (Butler & Weed, 2011, p. 43).

²⁴ Nas palavras de Sari van Anders: “I use ‘gender/sex’ rather than only ‘gender’ and ‘sex’ (...) an umbrella term for both gender (socialization) and sex (biology, evolution) and reflects social locations or identities where gender and sex cannot be easily or at all disentangled (...). Gender/sex is useful in describing people and features, as both can involve phenomena that are not easily sorted into gender or sex. For example, a person might ask: Am I a man because I have a penis now? Because I was born with a penis? Because I find that masculinity resonates with me? Because I identify as a man? Another person might ask: When I am intimately interested in being with women, am I interested in people who identify as women? People who have vulvas and/or vaginas? People who act in ways that are culturally understood to be feminine? People who are recognized as female? Few people have stopped to consider what it is about themselves that ‘makes’ them women, men, or gender/sex-diverse, or what it is about men, women, and/or gender/sex-diverse people that they find particularly attractive” (2015, p. 1181).

Teorizar o género como puro artefacto social foi um modo de evitar a redução de justificações de alteridade (quer fossem personificadas pela homofobia, pelo racismo ou pela subordinação das mulheres) às teorias biológicas (Germon, 2009). Mas ao distingui-lo face a um ponto de partida alocado nos argumentos naturais/biológicos/fixos do sexo, o corpo sexuado passou a estar imune a criticismos. Tal serviu para reforçar a ideia de que o sexo seria a matéria-prima sobre a qual seria moldado o género, enquanto este representaria uma elaboração (rigidamente dicotomizada) da produção e reprodução sociais de identidades e comportamentos de “macho” e “fêmea” (Germon, 2009). Deste modo se entende que o paradigma da identidade de género esteja aprisionado nos debates feministas por uma lógica binária, pois “[a]o mesmo tempo, a (aparente) descoberta dos problemas inerentes à divisão serviu para dinamizar toda uma indústria dentro da teorização feminista do corpo e da (dimórfica) diferença sexual” (Germon, 2009, pp. 82-83).

O género assente em estrutura binária prevalece como a aceção mais trabalhada em grande parte dos estudos de género, teorias feministas e também nas narrativas populares. Isto acrescenta dificuldade à já de si hercúlea tarefa de criação e difusão de um termo sem conotações históricas e distorções que têm inclusive implicações na noção de pessoa²⁵, mas sobretudo, e para o assunto em discussão, sem se referir (direta ou indiretamente) à norma binária.

No decurso desta pesquisa reúnem-se dados e argumentos que inviabilizam aquele sentido subentendido e naturalizado de binariedade que advém, entre outros fatores, da “crença numa relação mimética entre género e sexo, em que o género espelha o sexo ou é por ele restringido” (Butler, 2017a, p. 62). Assumindo essa inviabilização e a falta de um termo que esclareça tanto a não-determinação de género,

²⁵ Diz Monique Wittig que “the notion of gender in language (...) it is a mark unique of its kind, the unique lexical symbol that refers to an oppressed group” (1985, p. 12). E, ainda, que “to destroy gender in language (at least to modify its use) is therefore part of my work in writing, as a writer. An important part, since a modification as central as this cannot happen without a transformation of language as a whole. It concerns (touches) words whose meanings and forms are close to, and associated with, gender. But it also concerns (touches) words whose meanings and forms are the furthest away. For once the dimension of the person, around which all others are organized, is brought into play, nothing is left intact” (1985, pp. 6-7).

quanto a amplitude da categoria, adotarei a proposta de Sari van Anders “género/sexo” segundo o que foi explanado neste subcapítulo e o termo “género” compreendendo a diversidade. Sempre que os contextos impliquem diretamente a referência à clássica binariedade surgirá a designação “género não-binário” e “género binário”.

1.3. Quando o “Irreal” é Atual: o género mais do que binário²⁶

O género não-binário desafia diretamente a assunção tácita de que conseguimos categorizar os humanos em duas opções – ou homem, ou mulher – e que dentro de cada uma dessas opções não haverá grande dificuldade em distribuir características “essenciais”. Porém, nenhuma delas esgota os constituintes e modos de experienciar o género e a identidade de género, bem como nenhuma delas é proprietária absoluta de dada característica dita “masculina” e “feminina”. Algumas questões podem ser já formuladas: não será admissível um estrato de indefinição de género na constituição e na construção de cada pessoa? Em que medida o género estabelecido pode ser um requisito para considerar real (ou, noutra palavra, viável) uma dada vida? Que ameaças podem sofrer, ou que limitações podem sentir, aqueles que não vivem o seu género segundo as categorias vigentes?

Não se trata de prescrever “novos” géneros, nem de fazer apologia de utopias ou futuros ideais. Esta reflexão é guiada por uma releitura do político e do social, das suas operações de regulação e de naturalização de diferenças, e pensar que, por vezes, o que designamos “novo” existe já inscrito nos diversos modos de vida, mas não é reconhecido como “verdadeiro” e atual ou “real”. Estas são prerrogativas muito poderosas na realização do humano e no viver em comum, confundindo-se várias vezes poder com ontologia (Butler, 2004). Reconhecer algo como real e como verdadeiro é

²⁶ Este subcapítulo fez parte de uma comunicação intitulada *Quando o “irreal” é atual: o género não-binário como condição necessária para significação do humano*, apresentada na “3ª Conferência Internacional Ética, Política e Cultura: Utopias” que decorreu nos dias 5 e 6 de dezembro de 2019. FCSH-Nova, Colégio Almada Negreiros, Lisboa.

uma questão de saber e (friso a conjunção) de poder²⁷. Entre “mecanismos de coerção” e “elementos de conhecimento” não há, como notou Michel Foucault (1990 [1978]), nenhuma exterioridade e discerni-los é, pois, uma tarefa que nos confronta com os limites do que se conhece e ver que estes limites não têm carácter de necessidade - são contingentes, são uma “grade de análise” dentre outras para pensar o mundo.

Nesta linha de pensamento, é crucial o momento em que se percebe que “a produção do binário coerente é contingente, tem um custo associado e que as permutações de género que não se encaixam no binário são parte tanto do género quanto da sua instância mais normativa” (Butler, 2004, p. 42). O discurso que propala o binário homem/mulher é restritivo e tem poder regulador, inscreve-se numa hegemonia que faz crer que não há possibilidade de rutura. Contudo, é a própria multiplicidade de ficções reguladoras do género e dos seus significados que possibilita uma rutura dessa suposta univocidade (Butler, 2017a). A “essência” do género, essa segurança ontológica que assegurava o “homem” e a “mulher” é, à luz do discurso normativo e das regulações do poder-saber, um efeito ou constructo o que, note-se, não é o mesmo que afirmar que o género é ilusório ou artificial (Butler, 2017a). Estes termos são entendíveis apenas à luz da oposição do “real” e “autêntico” que reside num sistema binário de género. Assim, a tarefa de “expor os atos contingentes que criam a aparência de uma necessidade naturalista” é da maior relevância e dela emerge a responsabilidade adicional de “mostrar como a noção de sujeito em si, inteligível apenas pela sua aparência de género, admite possibilidades que foram forçosamente excluídas pelas várias reificações do género que constituíram as suas ontologias contingentes” (Butler, 2017a, p. 105). É no sentido dessa exposição que se pergunta se haverá então um sujeito de género que pré-exista a regulação ou relações de poder (dito de outro modo, que é

²⁷ Segundo Michel Foucault: “nada pode figurar como elemento de saber se, de um lado, não está conforme a um conjunto de regras e de coações características, por exemplo, de tal tipo de discurso científico numa época dada, e se, de outro lado, não dotasse efeitos de coerção ou simplesmente de incitação próprios ao que é validado como científico ou simplesmente racional ou comumente admitido, etc. Inversamente nada pode funcionar como mecanismo de poder se não se manifesta segundo procedimentos, instrumentos, meios, objetivos que possam ser validados em sistemas mais ou menos coerentes de saber” (1978, pp. 14-15).

exterior a elas). Não será, pelo contrário, admissível que o sujeito de género sobressaia precisamente dos termos dessa regulação de género e é por ela produzido? Lembro o que escreveu Foucault:

em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares à relação [de poder] e que poderíamos localizar, se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. Portanto, não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos (2005 [1976], p. 51).

Portanto, os dois processos – estar sujeito a normas e ser produzido por elas – são duas faces da mesma moeda. Os discursos normativos que regulam o sujeito de género são precisamente os mesmos que o nomeiam e o produzem (Butler, 2004). “Homem” e “mulher” são, nesta perspetiva, produções discursivas de sujeitos e dizer da plausibilidade dessa relação binária que ela é “real”, é mais uma das configurações culturais de género que “consolidam e expandem a sua hegemonia graças a uma feliz autonaturalização” (Butler, 2017a, p. 104).

Interessa precisamente a variabilidade discursiva que mutuamente constrói sujeito e ação para evitar “regressar a uma teoria existencial do *eu* como algo formado pelos seus atos, pois a teoria existencial defende uma estrutura pré-discursiva para o eu e para os seus atos” (Butler, 2017a, p. 281). Estas considerações são relevantes para a possibilidade de realização do género não-binário, porquanto apelam à performatividade de género, onde compreender a contingência de critérios de conhecimento (e de reconhecimento) é um passo preliminar para o viver em comum aberto à diferença. Configura-se ainda uma conceção alternativa de agência política que se vincula à questão nuclear de “como criar um mundo no qual aqueles que entendem o seu género e o seu desejo como não-normativos possam viver e progredir sem a ameaça de violência externa, e sem o sentido da sua própria irreabilidade” (Butler, 2004, p. 219).

As pessoas intersexo/DSD colocam em xeque os supostos “factos” estruturantes do género binário (os tais argumentos biológicos, neuroquímicos e endócrinos para a

diferença sexual) e, em contínuo, evidenciam a permeabilidade entre “natural” (ou “real”) e “cultural” (ou “construído”)²⁸. O corpo torna-se a materialização de expectativas e de ideais de dimorfismo sexual, identidade de gênero e sexualidade (Butler, 2004). Excluindo as razões de saúde, as cirurgias de “correção” anatômica realizadas precocemente em bebês e crianças intersexo trazem a público situações de brutalidade (como mutilação genital), de coercividade e de danos permanentes²⁹. Recorrem às “prescrições de ‘homens’ e ‘mulheres’ segundo uma maleabilidade imposta violentamente ou segundo uma natureza imposta artificialmente” (Butler, 2004, p. 66). Por tudo isto, se requerem imagens de um mundo diferente, onde pessoas com características genitais mistas sejam aceites e amadas sem necessidade de se transformarem numa versão mais “conforme” segundo a sociedade normativa (Butler, 2004).

Vemos como algo sempre escapa à normatividade, reconhecendo-se nesse ir além a insuficiência de uma definição universal de humano. Onde encaixamos os discursos que sustentam o cuidar e o gostar de si e do outro em razões não reconhecidas pela grade de saber-poder vigente? Talvez fosse melhor questionar antes o que se entende por “universal” e como ele é estabelecido, trabalhado, articulado.

A articulação do universal começa justamente por meio de desafios à sua formulação existente, e esse desafio surge daqueles que não estão abrangidos por essa formulação, que não têm o direito de ocupar o lugar de “quem”, mas que, no entanto, exigem ao universal enquanto tal, que os inclua. Neste sentido, os excluídos constituem o limite contingente da universalização. (...) O humano, ao que parece, deve tornar-se estranho a si próprio, até mesmo monstruoso, para conceber o humano num outro plano (Butler, 2004, p. 191).

²⁸ Tudo isto será explanado e analisado com mais detalhe no segundo capítulo desta dissertação.

²⁹ “Infants who undergo surgical procedures may have compromised sexual functioning as adults (...). For example, people who had undergone feminizing surgery as infants and were then living as adult females had more difficulty achieving orgasm than individuals who had not had surgery (...). Results such as these have prompted medical professionals to take much greater care in surgical decisions, often delaying genital surgeries until a person is old enough to contribute meaningfully to the discussion and explicitly consent to any surgical procedures” (Tolman et al., 2014, p. 788).

É precisamente o afastamento relativamente ao humano “universal” e a resistência à uniformização que acabam por estabelecer as possibilidades de crítica aos discursos reguladores e normativos. Esse que não está incluído no universal é uma pessoa que persevera, que fala para além do nomeável, que tem esperança e que se reconhece fora de molduras categoriais, numa narrativa reescrita por si que valida o seu direito e desejo de ser amado. É “o humano no seu anonimato, é aquele que ainda não sabemos como nomear e, por isto, aquele que expõe ou estabelece os termos que o nomear, por definição, encerra e exclui; é a condição anónima e crítica do humano que se encontra no limiar do que pensamos que conhecemos” (Butler, 2004, p. 74).

Não deixemos de notar, ainda, que quando as normas de género funcionam como imposições, recusá-las pode implicar pagar um preço muito alto pela sua violação: perder o emprego, a liberdade, pessoas amadas, o lar, a própria vida³⁰.

Ser etiquetado como “irreal” e, por isto, ser tratado de modo diferenciado ou discriminatório, é ser “o desumano, o além do humano, o menos que humano, a fronteira que protege o humano em sua realidade aparente” (Butler, 2004, p. 30). Essas designações já constituem em si uma opressão, mas há algo ainda mais inquietante - ser oprimido pressupõe, ainda assim, a existência de um sujeito visível aos olhos do opressor, ser um sujeito possível ou potencial, mas o irreal neste contexto é o ininteligível, é descobrir que ainda nem sequer se acedeu ao humano. O discurso é o de “*como se fosse humano, mas com a sensação de que não se é*” (Butler, 2004, p. 30).

³⁰ Lembra Judith Butler que: “[t]here is also a set of laws, criminal and psychiatric codes for which, still, imprisonment and incarceration are possible consequences. Gender dysphoria can be used in many countries still to deny employment or to take away one’s child. The consequences can be severe. (...) [W]e continue to live in a world in which one can risk serious disenfranchisement and physical violence for the pleasure one seeks, the fantasy one embodies, the gender one performs” (2004, p. 214).

2. Capítulo 2 - Corpo

[O]ne's relationship to thinking is the prototype of a different relationship to alterity altogether. If we lose sight of this ethical, relational foundation of thinking, that is to say, the bond that certain discourses create among us, we are indeed in danger of homologation and therefore of purely strategic or instrumental kinds of thought.

Rosi Braidotti (2011, p. 134)

A “evidência” do corpo (em rigor, da sua aparência externa) logo no momento do nascimento constitui frequentemente uma base para a moldura binária de designação de género pois estabelece uma associação direta (causal inclusive) do sexo ao género. Mas, quer a assunção do dimorfismo sexual³¹ como facto natural biologicamente fixado (e aí subsumir a invariabilidade do género)³², quer a precedência do natural sobre o cultural na diferenciação sexual (Butler, 2017a) são premissas de uma argumentação falível. Parecem corroborar que “[u]ma situação que se criou através dos tempos pode desfazer-se num dado tempo (...)”, mas “ao contrário, que uma condição natural desafia qualquer mudança” (Beauvoir, 2015a [1949], p. 19). Acontece, porém, que “a natureza, como a realidade histórica, não é um dado imutável” (ibid.).

A designada “atitude natural” que subjaz a algumas posições axiomáticas toma como objetivos e independentes da nossa presença certos elementos do mundo a que,

³¹ “Sexual difference means that the sexes are asymmetrical and hence their position nonreversible” (Braidotti, 2011, p. 185).

³² “Since adults hold the concept of gender invariance as an incorrigible proposition [‘unquestionable axioms’ about the world or, for others, ‘natural attitude’], there must be a way to interpret genital transformations so as to maintain the impossibility of gender transformations. The way invariance has been maintained is either by applying a biological characteristic (e.g., gender chromosomes in sports) or, more commonly, especially in psychology and biology, through the development of a new concept, gender identity, which assures that gender will continue to be invariant and not able to undergo any transformations. Genital transformations are seen as not really changing the true gender of a person. It is more like changing water into steam – it is essentially still water, although in another form” (Kessler & McKenna, 1985, pp. 108-9).

muitas vezes, se confere carácter de constância. No que diz respeito ao género, esses elementos podem ser elencados, como Suzanne Kessler e Wendy McKenna sublinharam, do seguinte modo:

1. Existem dois e apenas dois géneros (feminino e masculino).
2. O género de uma pessoa é invariável (se alguém é mulher/homem, sempre foi mulher/homem e sempre será mulher/homem).
3. Os genitais são o sinal essencial do género (uma mulher é uma pessoa com uma vagina; um homem é uma pessoa com um pénis).
4. Quaisquer exceções aos dois géneros não devem ser levadas a sério (são piadas, patologias, etc.).
5. Não há transferências de um género para o outro, exceto em cerimónias simbólicas ou mascaradas.
6. Todos deverão ser classificados como membros de um género ou de outro (não há casos em que o género não seja atribuído).
7. A dicotomia homem/mulher é “natural” (homens e mulheres existem independentemente dos critérios dos cientistas [ou de qualquer outra pessoa] para se ser homem ou mulher).
8. Ser membro de um género ou do outro é “natural” (ser mulher ou homem não depende de ninguém decidir o que se é) (1985, pp. 113-114).

A investigação destas autoras, de perspetiva antropológica, conduz desde logo à constatação de que aqueles “factos” sobre o género não são universais³³, mas são “factos” nos termos de uma realidade ocidental (Kessler & McKenna, 1985). Além da não universalidade (que gora os intentos das teorias essencialistas) e do apontar para várias “realidades” em vez de uma só, muitas outras notações foram e continuam a ser derivadas do questionamento daquela atitude natural face ao género. Veja-se em seguida.

³³ Por exemplo, o termo “berdache” designa “those people in aboriginal North America who received social sanction to become a gender other than that to which they were originally assigned. (...) As far as we can tell, the berdache, like the transsexuals in our society, were ‘biologically normal’ but underwent some type of gender transformation. (...) The berdache was a clearly defined role (...). In some societies (e.g., Siberian Chuckee), the berdache role was institutionalized. (...) The berdache may not have been considered a special type of man or woman (one who had crossed over categories) but rather a third type of person” (Kessler & McKenna, 1985, pp. 26-27).

2.1. Corpos Rebeldes e Heréticos³⁴

A associação dos caracteres sexuais externos, especificamente os genitais (pênis/vagina), com a designação de gênero masculino/feminino e desta com (a expectativa de) um papel de gênero correspondente de homem/mulher é aparentemente habilitada por pesquisas científicas que perpetuam pontos de vista, dentre outros possíveis, sobre o gênero. Um exemplo disso foi veiculado pelos estudos genéticos de uma equipa liderada por David Page que, no final de 1987³⁵, publica o que considera a evidência de um “interruptor binário onde radicam todas as características sexualmente dimórficas” (Cit. por Butler, 2017a, p. 221), presente no cromossoma Y (dito masculino) dos mamíferos. Contudo, os desenvolvimentos posteriores e as críticas por parte de outros investigadores da mesma área à metodologia e aos pressupostos de partida, ajudaram a fragilizar a importância dessa descoberta. Nomeadamente pela exemplificação de marcadores sexuais em outros genes que não nos cromossomas X e Y³⁶ e pelas influências hormonais e de fatores externos que modulam a expressão genética³⁷. Nesse criticismo posterior sobressai, ainda, uma reflexão sobre “como

³⁴ Evoca esta frase de Anne Fausto-Sterling: “Intersexuals (...) have unruly - even heretical - bodies. They do not fall naturally into a binary classification; only a surgical shoehorn can put them there” (2000, p. 7).

³⁵ No artigo “The sex-determining region of the human Y chromosome encodes a finger protein”, *Cell*, 51:6 (December 24, 1987) 1091-1104 (disponível em: [https://doi.org/10.1016/0092-8674\(87\)90595-2](https://doi.org/10.1016/0092-8674(87)90595-2)).

³⁶ “The recent discovery that many if not most of the genes that code for sex-determination are located elsewhere than on the X and the Y chromosomes also has implications for our understandings of what sex is at a genetic level. These findings disrupt the idea that genetic sex is a straightforward matter of Xs and Ys, just as they disrupt our previous understandings of what ‘sex-chromosomes’ are and do. Evidence continues to mount that the facticity of the body far exceeds a dimorphic understanding of sexual difference. Together these discoveries create, or at the very least contribute to, the necessary conditions for new ways of understanding sex-gender and sexuality and for a reconsideration of who counts as human” (Germon, 2009, pp. 190-191).

³⁷ “Environmental disruptors such as oestrogen-mimicking chemicals found in water as a result of industrial effluent and phenol-derivative plastic softeners commonly used in manufacturing such as polychlorinated biphenyls (PCBs) have all been linked to reduced masculinization. (...) Environmental disruptors have been directly linked to falling sperm counts in humans over the last 50 years. Again, as with the hypomasculinization hypothesis, no link has been drawn as yet with non-binary gender expression. By contrast, however, as the use of certain classes of plasticizers in babies’ bottles and children’s toys has been withdrawn, non-binary gender identification has apparently increased, contrary to predictions” (Butler G., 2017, p. 174).

operam as assunções inconscientes sobre o gênero que, camufladas na linguagem que usamos para escrever sobre ele, levam a teorias implausíveis sobre o desenvolvimento masculino e feminino” (Fausto-Sterling, 1989, p. 326). Por sua vez, essas teorias acabam por alinhar-se para perpetuar a regulação de gênero binário³⁸.

Os mesmos domínios (bioquímica, embriologia, endocrinologia, psicologia) que sob uma determinada lente servem, direta ou indiretamente, a primazia do natural sobre o cultural, contribuem também sob outro tipo de lente, para ver a norma a tomar precedência sobre o natural³⁹:

[o] conhecimento disciplinar desenvolvido nos campos da embriologia, endocrinologia, cirurgia, psicologia e bioquímica encorajou os médicos a tentar controlar o próprio gênero do corpo - incluindo “as suas capacidades, gestos, movimentos, localização e comportamentos.” Ao ajudar o normal a ter precedência sobre o natural, os médicos também contribuíram para a biopolítica populacional. Tornamo-nos, escreve Foucault, “uma sociedade de normalização”. (...) Hoje vemos a noção de patologia aplicada em muitos contextos - desde o doente, incapacitado ou corpo diferente, até à família monoparental de um gueto urbano. Mas a imposição de uma norma de gênero é de origem social e não científica. A falta de pesquisas sobre as distribuições normais da anatomia genital, bem como a falta de interesse de muitos cirurgiões em usar esses dados quando eles existem (...), ilustram claramente esta afirmação (Fausto-Sterling, 2000, pp. 7-8).

Os debates teóricos que tendem a priorizar a diferença sexual em relação ao gênero, ou este em relação à sexualidade ou, ainda, a sexualidade relativamente ao gênero, esquecem que qualquer destas perspetivas é cruzada por um problema maior,

³⁸ Para mais detalhes sugere-se a leitura do artigo da bióloga Anne Fausto-Sterling: “Life in the XY corral”, *Women's Studies International Forum*, 12:3 (1989) 319-331 ([https://doi.org/10.1016/S0277-5395\(89\)80009-3](https://doi.org/10.1016/S0277-5395(89)80009-3)) onde considera que a suposta descoberta de David Page é uma mera hipótese, e aponta no artigo os argumentos que falham. Destes destaco as influências consequentes da linguagem no desenvolvimento das pesquisas científicas sobre o gênero.

³⁹ Ainda sobre a norma tomar precedência sobre o natural, descreveu-o Foucault como uma das características do biopoder: “(...) um poder que tem por tarefa tomar a seu cargo a vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. (...) Tal poder tem que qualificar, que medir, que apreciar, que hierarquizar (...); opera distribuições em torno da norma. (...) Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (1994a [1976], p. 146).

o de não se saber onde começa e onde acaba o que é biológico, discursivo⁴⁰, psíquico e social (Butler, 2004). A diferença sexual não é mera facticidade, nem simples efeito de uma facticidade. Se a derivarmos do psíquico, também não é menos verdade que a podemos derivar do social, e tudo isto segundo um sentido que ainda não foi plenamente elaborado (Butler, 2004). Por isto, “a maioria dos estudos recentes procura saber como é que a estrutura psíquica se envolve na dinâmica do poder social. Como devemos entender essa conjunção ou disjunção e o que é que isso tem a ver com a teorização da diferença sexual?” (Butler, 2004, p. 185). A importância que se dá à diferença sexual em muitos debates de género resulta, em grande parte dos casos, de um favorecimento dessa diferença face a outras, isto é, não só a diferença sexual é entendida como mais fundamental do que outras, como inclusive dela derivam muitas outras diferenças. A diferença sexual é assim tomada como uma esfera autónoma de relações ou disjunções e isso invalida a sua articulação e/ou convergência com outros vetores de poder como a raça ou a sexualidade (Butler, 1993). Portanto, mais do que algum tipo de pedra basilar, a diferença sexual é uma pergunta do nosso tempo que “permanece inquietante e por resolver, que ainda não está formulada ou nunca foi formulada nos termos de uma afirmação. A sua presença não assume a forma de factos e de estruturas, antes persiste como algo que nos maravilha, que permanece sem total explicação e, em algum grau, inexplicável” (Butler, 2004, p. 177). Está-se num momento particularmente irresoluto da linguagem e que marca o nosso horizonte contemporâneo (Butler, 2004), daí que a pergunta que a diferença sexual representa seja de ordem ética, mas de uma ética que não deriva da diferença sexual *per se*, mas “da questão que se coloca nos mesmos termos da diferença sexual: como cruzar esta

⁴⁰ “[T]o claim that sexual differences are indissociable from discursive demarcations is not the same as claiming that discourse causes sexual difference. The category of ‘sex’ is, from the start, normative; it is what Foucault has called a ‘regulatory ideal.’ In this sense, then, ‘sex’ not only functions as a norm, but is part of a regulatory practice that produces the bodies it governs, that is, whose regulatory force is made clear as a kind of productive power, the power to produce - demarcate, circulate, differentiate - the bodies it controls. Thus, ‘sex’ is a regulatory ideal whose materialization is compelled, and this materialization takes place (or fails to take place) through certain highly regulated practices. In other words, ‘sex’ is an ideal construct which is forcibly materialized through time” (Butler, 1993, pp. xi-xii).

alteridade? Como cruzá-la sem rasurá-la, sem domesticar os seus termos? Como permanecer atento ao que se mantém incerto nessa questão?” (Butler, 2004, p. 177).

Longe de factos biológicos⁴¹, o corpo é afinal demasiado complexo para ser fonte de distinções baseadas no sexo. Tanto assim que, quanto mais se procura uma base física simples para “sexo”, mais claro se torna que “sexo” não é uma categoria física pura,

[o] sexo de um corpo é simplesmente muito complexo. Não existe um ou outro. Em vez disso, existem tonalidades de diferença. (...) Rotular alguém de homem ou mulher é uma decisão social. Podemos usar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar uma decisão, mas apenas as nossas crenças sobre o género – e não a ciência – podem definir o nosso sexo. Além disto, as nossas crenças sobre o género afetam em primeiro lugar os tipos de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo (Fausto-Sterling, 2000, p. 3).

Por isto é pertinente registar (mostrando a insistência que se verifica em transportar as duas categorias humanas do domínio genital para outros domínios) um movimento que se direciona desde o exterior do corpo – da suposta infalibilidade das diferenças do ponto de vista externo – para as diferenças ou dimorfismo em mecanismos e processos interiores como o cérebro, as moléculas e a psique. De tal modo que “[o] binário género-sexo é proeminente na neurociência” (Hyde et al., 2018, p. 2).

Porque as pesquisas estão evidentemente circunscritas aos códigos de ética e experimentação em humanos, alguns resultados dependentes de manuseio e invasão tecidual referem-se a outras espécies (como os roedores), mas algumas notas provenientes dos testes possíveis em humanos ganham já significado. Por exemplo, pesquisas da neurociência refutam o dimorfismo sexual do cérebro humano⁴² e os

⁴¹ E sobre o que são “factos” da vida pode ainda ser apontado que não são verdades universais: “[r]ather, as [Donna] Haraway writes, they ‘are rooted in specific histories, practices, languages and peoples.’ Ever since the field of biology emerged in the United States and Europe at the start of the nineteenth century, it has been bound up in debates over sexual, racial, and national politics. And as our social viewpoints have shifted, so has the science of the body” (Fausto-Sterling, 2000, p. 7).

⁴² “The distributions for men and women on different brain features are overlapping, and internal consistency across features within individuals is rare. Thus, human brains are not internally consistent for

resultados da neuro-endocrinologia comportamental desafiam a noção de que há sistemas hormonais sexuais dimórficos (hormonas “femininas” vs. hormonas “masculinas”), fixados geneticamente (isto é, não influenciáveis pelo exterior) e não-sobreponíveis⁴³ (Hyde et al., 2018; Butler G., 2017).

A multitude de marcadores, componentes celulares, processos moduladores, etc., que entra na equação de uma suposta determinação sexual faz variar também os critérios de decisão de diagnóstico e tratamento, bem como de avaliação e regulação em outros âmbitos, como no desporto⁴⁴. Em vista destas ponderações, reforça-se que a escolha de critérios a usar para esclarecer o sexo de alguém ou, em rigor, para optar mesmo pelo carácter determinístico do sexo, advém principalmente de decisões sociais para as quais os cientistas não podem oferecer diretivas absolutas (Fausto-Sterling, 2000). Em paralelo,

[d]istinguir sexo e género torna-se ainda mais difícil quando compreendemos que os significados providos de género enquadram a hipótese e o raciocínio dos questionamentos biomédicos que procuram estabelecer o “sexo”, para nós, como anterior aos significados culturais que adquire. De facto, a tarefa complica-se ainda mais quando nos damos conta de que a linguagem da biologia intervém noutros tipos de linguagem e reproduz essa sedimentação

male-typical and female-typical features. Instead, most human brains are a mosaic of these features” (Hyde et al., 2018, p. 4).

⁴³ “Androgens and estrogens are not two distinct sets of sex hormones - one set for women and one set for men - but rather hormones that are found in all humans. That is, human bodies produce hormones like estradiol, testosterone, and progesterone regardless of gender/sex, and levels of estradiol and progesterone are similar in men and women. Moreover, levels of these hormones are not fixed, but are dynamic and can be influenced by gendered social experiences. In humans, for example, testosterone baseline levels across gender/sex change as a function of multiple environmental factors (e.g., time of day, season) and social factors (e.g., relationship status, mood (...)). Thus, the idea that testosterone - or any hormone - is the biological basis of the gender binary is belied by the scientific research, and challenges to the biology of the gender binary are challenges to the gender binary itself” (Hyde et al., 2018, p. 6).

⁴⁴ “The Olympic Committee may use chromosome or DNA tests or inspection of the breasts and genitals to ascertain the sex of a competitor, but doctors faced with uncertainty about a child’s sex use different criteria. They focus primarily on reproductive abilities (in the case of a potential girl) or penis size (in the case of a prospective boy). If a child is born with two X chromosomes, oviducts, ovaries, and a uterus on the inside, but a penis and scrotum on the outside, for instance, is the child a boy or a girl? Most doctors declare the child a girl, despite the penis, because of her potential to give birth, and intervene using surgery and hormones to carry out the decision” (Fausto-Sterling, 2000, pp. 4-5).

cultural nos objetos que pretende descobrir e descrever de maneira neutra (Butler, 2017a, p. 226).

Podemos validar a pertinência de interrogar o que é que orienta afinal esta busca de diferenciação: serão os “factos” biológicos com existência independente das designações de género (“masculino”/“feminino”) ou inversamente serão os rótulos de género que fazem com que se descubram os “factos diferenciadores” (Butler, 2017a; Kessler & McKenna, 1985)? As ciências podem facultar “sinais” dicotómicos físicos (hormonas, genes, cromossomas, genitais, gónadas) de desenvolvimento, de comportamento e psicológicos para tentar justificar a atribuição “natural” de um de dois géneros a alguém, mas a interpretação desses “sinais” como “provas” ou “factos” é algo muito diferente e, para mais, não deveria ser considerada universal⁴⁵. Está dependente de várias *proposições incorrigíveis* que definem várias realidades (Kessler & McKenna, 1985, p. 77). Dito de outro modo, está dependente da atitude natural no conhecimento do mundo abordada no início deste subcapítulo. Na cultura ocidental, a autoridade epistemológica que define a “realidade” assenta em critérios científicos (como da física e da biologia), ainda que, como visto, essa informação não seja clara sobre o que faz uma pessoa ser ou “homem” ou “mulher”.

Ao sublinhar que os factos biológicos fundamentam e apoiam, na realidade ocidental, a dicotomia de género, Suzanne Kessler defende que “os cientistas tendem a construir dimorfismos onde há continuidade” e que a própria biologia é fundada e recebe apoio da assunção de que há apenas dois géneros (1985, p. 163). Acrescenta deste modo que as diferenças biológicas e psicológicas não são responsáveis pela

⁴⁵ “The process of gender attribution, like the concept of ‘relation’ may be universal, but the grounds given for making a certain classification are not. They depend on the various ‘incorrigible propositions’ defining various realities” (Kessler & McKenna, 1985, p. 77). Assim, por exemplo, “[a]mong the Nuer people, a father is ‘the person in whose name cattle bride wealth is given for the mother. Thus, a woman can be married to another woman, and be husband to the wife and father of her children, despite the fact that she is not the inseminator’ (...). This implies not only a different construction of ‘relation’ but, perhaps, a different construction of gender” (Kessler & McKenna, 1985, p. 80, n. 17). Também “[a]nthropological findings of third genders and multiple gender systems suggest, however, that dimorphism itself becomes significant only when cultural interests require, and that gender is more often based upon kinship requirements than on anatomical exigencies” (Butler, 1986, p. 48).

perspetiva binária do género, mas que é antes essa perspetiva que leva à "descoberta" de diferenças biológicas, psicológicas e sociais (Kessler & McKenna, 1985).

Além de estarmos em condições de considerar que há dados empíricos que refutam a binariedade de género naturalmente fixada (Hyde et al., 2018), confirma-se nas inúmeras pesquisas que envolvem o género/sexo a evidência de uma imensa variabilidade humana. E como referia Simone de Beauvoir, será “à luz de um contexto ontológico, económico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia” (2015a [1949], p. 79). E adianta que “é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que poderia criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere” (ibid.).

Do explanado até agora, ressalta a importância de uma (re)significação do género, tomando como notas preliminares a abrangência do género/sexo e o que esta articula. Assim, tal como Hyde et al. (2018) sumarizaram: género e sexo estão de tal modo imbricados que o termo “género/sexo” expressa bem essa interconexão e promete superar a tendência de usar género e sexo como categorias binárias; género/sexo é multidimensional e reativo tanto a forças internas (biológicas, cognitivas) como externas (interações sociais, cultura); os indivíduos apresentam variabilidade entre os diferentes componentes de género/sexo, podendo apresentar um mosaico de características biológicas e psicológicas que não se alinham todas numa única categoria binária de género; e, por fim, pensar em si mesmo e nos outros em termos de género/sexo não tem que ser algo inevitável.

Deve também ficar mais clara a mútua pervasividade entre ciência e sociedade/cultura⁴⁶, donde surge uma diluição dos proclamados “factos” que serviriam a “natural” e “real” imutabilidade e binariedade do género. Como exemplo paradigmático daquele mútuo condicionamento, as pessoas não-binárias (e nomeadamente as pessoas intersexo porque reúnem os elementos exteriores e/ou

⁴⁶ “In fact, doctors make decisions about gender on the basis of shared cultural values that are unstated, perhaps even unconscious, and therefore considered objective rather than subjective” (Kessler, 1990, p. 18).

interiores biológicos que desafiam critérios de decisão), mostram-nos como os diagnósticos e tratamentos cirúrgicos a que são submetidas em idades precoces⁴⁷ nos fazem recair na reflexão de Foucault sobre a “continuidade de aparelhos (médicos, administrativos, etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras” e servem objetivos do biopoder como qualificar, medir e hierarquizar (1994a [1976], p. 146). Desde o século XVIII que o material corpóreo se tem situado no cerne das técnicas de controle e análise que visam conceptualizar o sujeito, entendendo-se aqui material corpóreo como o corpo enquanto fornecedor de forças e energias que constituem o material a ser socialmente trabalhado e formatado (Braidotti, 2011). Deste modo, o “normal”, com toda a imprecisão epistémica que neste ponto já podemos atribuir ao termo, guia o trabalho de médicos⁴⁸ e as preocupações de pais.

Muitos acreditam que é mais difícil para os indivíduos viver com órgãos genitais atípicos do que "corrigidos" desde cedo, mas há um reconhecimento crescente de que essa crença é baseada em suposições infundadas e não em pesquisas médicas (Elders et al., 2017), e que a cirurgia genital estética realizada em bebês intersexo causa geralmente mais danos do que benefícios. As evidências que sustentam a crítica à genitoplastia infantil cosmética (portanto, onde não são evocadas razões de saúde/vida) condensam-se, segundo Elders et al. (2017) em três pontos essenciais. Primeiro, que há escassez de evidências que mostrem que as crianças ou os adultos são psicologicamente prejudicados por terem órgãos genitais atípicos, ou que ficarão melhor se forem submetidos a genitoplastia cosmética quando crianças. Segundo, que embora haja poucas evidências de a genitoplastia infantil cosmética ser necessária para reduzir os danos psicológicos, outras evidências revelam que a cirurgia em si pode causar danos físicos graves, irreversíveis e sofrimento emocional. Finalmente que essas cirurgias

⁴⁷ “It is most common for an infant born with an atypically small penis or an atypically large clitoris to be surgically altered to fit into one or the other side of the sex binary, and these corrective procedures often entail numerous follow-up surgeries over the course of development” (Tolman et al., 2014, p. 788).

⁴⁸ “In modern medicine, variations in the sex characteristics of intersex persons are medically classified and treated with surgeries and hormone therapy. These procedures are common practice in most countries in the world. The goal is to create a ‘stable’, ‘normal’ and ‘adjusted’ person with a standard sex and gender and a heterosexual orientation” (UNDP, 2017, p. 12).

violam o direito do indivíduo à autonomia sobre seu próprio futuro. Com estes argumentos⁴⁹, assere-se a necessidade de mais estudos que ajudem a determinar o tratamento adequado em cada estágio de crescimento para pessoas nascidas com Desordens do Desenvolvimento Sexual [Disorders of Sex Development - DSD].

Vemos como, com a sua multiplicidade⁵⁰, os corpos intersexuais rompem os discursos estereotipados que apontam “corpos a corrigir” (Fausto-Sterling, 2000; Tolman et al., 2014), “corpos a transformar para uma conformidade anatômica” ou para uma “conformidade identitária com um género único” (Medico, 2019). As identidades, designações e experiências de género têm vindo a transformar-se e a diversificar-se, tendendo a apresentar um denominador comum: o de não serem cisgénero e sentirem que não têm de corresponder a injunções sociais onde o género é definido por outrem de acordo com a anatomia genital exterior (Medico, 2019).

Abrem-se caminhos como a proposta legal de um terceiro sexo ou género que implicaria que a cirurgia já não seria sobre "ajudar a enviar esta família para casa com um menino ou uma menina, porque isto é tudo o que existe", mas porque existe reconhecimento legal de outro género para além de “homem” e “mulher” (O'Donnell, 2019). Mas mesmo esta solução, à primeira vista razoável, só parcialmente seria positiva pois está a propor novas compartimentações. Neste sentido, “o simples reconhecimento de uma terceira categoria não garante um sistema flexível de género. Tal flexibilidade requer luta política e social” (Fausto-Sterling, 2000, p. 110). Sugerir mais uma categoria de género é legitimar mais um conjunto de genitais, o que perpetua o estatuto de significação primária dos genitais e ignora o facto de que, no mundo quotidiano, as atribuições de género são feitas sem acesso à inspeção genital - o que tem primazia na vida quotidiana é o género que é desempenhado independentemente

⁴⁹ Referi apenas as conclusões e evitei as questões metodológicas e técnicas que as sustentam para não extravasar o fio condutor da minha temática, mas estas informações constam do artigo de Elders et al.: *Re-Thinking Genital Surgeries on Intersex Infants* [Em linha]. June, 17, 2017. [Consultado em maio de 2020]. Disponível em: <https://www.palmcenter.org/publication/re-thinking-genital-surgeries-intersex-infants/>.

⁵⁰ “There is not a single intersex corporeality. There are more than 40 intersex variations, which mistakenly tend to be addressed as ‘pathologies’” (Santi & Ortega, 2018, s/ página, primeiro item).

da configuração do corpo sob as vestes (Fausto-Sterling, 2000). Talvez se conseguisse um avanço mais significativo se se desviasse o foco dos genitais ao ponto de dispensar esse argumento como justificação de (mais) uma categoria identitária à parte (Fausto-Sterling, 2000). E, numa observação ainda mais incisiva, há quem defenda (como a ativista transgénero Leslie Feinberg) que “as categorias de sexo devem ser removidas de todos os documentos básicos de identificação - de cartas de condução a passaportes e, uma vez que o direito de cada pessoa definir o seu próprio sexo é tão fundamental, deve ser eliminado também das certidões de nascimento” (Cit. por Fausto-Sterling, 2000, p. 111). Na verdade, podemos propor para identificação atributos mais visíveis (como altura, constituição e cor dos olhos) e outros menos visíveis (impressões digitais e perfis de DNA) que talvez fossem mais úteis (Fausto-Sterling, 2000). Convergente com estas propostas, Marina Echebarría Sáenz (2019) sublinha que, hoje em dia, a lei não deve limitar-se a facilitar a mudança de sexo, mas deve ir mais além, entendendo-se neste mais além a não-binariedade, as pessoas que efetivamente não encaixam na categoria “homem”, nem na categoria “mulher”, seja por questões biológicas (intersexo), seja por questões psicológicas (que designa de “não-binariedade autopercebida” [no binarismo autopercebido]).

Na Alemanha, resolveram reconhecer a não-binariedade, mas apenas a biológica - não a autopercebida -, que não deixa de ser uma forma de rotular, porque aponta para uma pessoa que tem uma constituição sexual ou genética diferente. Noutros lugares, tenta-se propor justamente o reconhecimento dessas identidades não binárias pela simples razão de que não é necessário que o Estado entre na nossa roupa interior. Que sentido tem esta classificação estrita, por que é tão doloroso ou perigoso que haja pessoas que decidem não jogar neste sistema de classificação? (*in* Sáenz & Alabao, 2019)

Temos vindo a abordar o corpo segundo uma gramática biológica ou orgânica e como daqui derivam muitas interpretações, estruturas, modos de agir e decidir com influência direta, por vezes perniciosa, nas vidas de pessoas não-binárias. Até chegarmos ao ponto de perceber que os critérios biológicos não são condições necessárias, nem suficientes para se ser “fêmea” ou “macho” e “homem” ou “mulher” no dia-a-dia (Kessler & McKenna, 1985) ou, já podemos acrescentar, para qualquer outra classificação de género.

Organismos humanos com cérebros humanos são necessários para as culturas humanas, mas nenhum exame do corpo ou de suas partes pode explicar a natureza e a variedade dos sistemas sociais humanos. A fome não dá pistas sobre as complexidades da culinária. O corpo, o cérebro, os genitais e a capacidade da linguagem são necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam o seu conteúdo, as suas experiências ou as formas institucionais. Além disso, nunca encontramos o corpo sem a mediação dos significados que as culturas lhe dão. (...) É impossível pensar com qualquer clareza sobre as políticas de raça ou gênero, se forem pensadas como entidades biológicas ao invés de construções sociais (Rubin, 2007, p. 149).

Além do mais, se a “autenticidade” de gênero resulta de uma proclamação que alguém faz, e não de uma natureza descoberta, o poder de proclamar pode exercitar-se para vários outros intentos e as possibilidades de transformação social revelam-se assim ilimitadas (Kessler, 1990).

Para compreendermos as implicações do que se considera “corpo” num questionamento filosófico do gênero não-binário, somos levados a contextualizá-lo ainda sob outro ângulo igualmente relevante: “[e]xistirá uma maneira de vincular a questão da materialidade do corpo à performatividade de gênero?” (Butler, 1993, pp. xi-xii). É o que veremos em seguida.

2.2. A (I)Limitação Corpórea

Nesta reflexão fazem sentido indagações que envolvam a materialidade e os limites do corpo, bem como a materialização no corpo de significados e regulações sociais e culturais⁵¹.

Viu-se na secção anterior como a diferença sexual pode muitas vezes ser tomada como um assunto de diferenças materiais *lato sensu* (desde logo, a aparência externa do corpo sexuado, mas também os órgãos interiores – cervix, útero, ovários, trompas

⁵¹ Estes significados e regulações inscrevem-se também numa noção de “experiência [que] não é individual e fixa, mas irremediavelmente social e processual” (Fausto-Sterling, 2000, p. 4).

de Falópio, próstata, epidídimo, vesículas seminais, etc. - e os elementos físicos/bioquímicos como hormonas, genes, cromossomas). Verificou-se em seguida que essa diferença tem afinal tanto de biológica quanto de psíquico, social e discursivo pois confundem-se os limites e as influências recíprocas dessas dimensões. A materialidade aqui entendida não será, pois, a de uma entidade irreduzível (de resto, em *Bodies that Matter*, Judith Butler pergunta como é que a ideia de materialidade passou a significar algo que é irreduzível, algo que pode suportar uma construção, mas não pode ele mesmo ser construído?). A materialidade pode ser reformulada de modo a perceber-se que a matéria do corpo é também o efeito de uma dinâmica de poder indissociável de normas e regulações⁵² que nomeiam e estabilizam os efeitos do género sobre o corpo e, ainda, estabelecem elas mesmas a pré-discursividade do sexo⁵³ que guiam muitas das teorizações sobre o género (Butler, 1993). Não se trata de reduzir a concretude do envelhecimento, da doença, do metabolismo, do peso, da composição, enfim, da vida e da morte dos corpos a efeitos discursivos ou ao que excede esses discursos, mas

[s]er material é falar do processo de materialização. E se os pontos de vista sobre sexo e sexualidade já estão imbuídos dos conceitos filosóficos de como a matéria se forma em corpos, a matéria dos corpos não pode formar uma base neutra preexistente a partir da qual se entenda as origens da diferença sexual. Uma vez que a matéria já contém noções de género e sexualidade, ela não pode ser um recurso neutro sobre o qual construir teorias ‘científicas’ ou ‘objetivas’ do desenvolvimento e diferenciação sexual (Fausto-Sterling, 2000, pp. 22-23).

⁵² Para explicar melhor a disjunção entre normas e regulações, escreve Judith Butler: “A regulation is that which makes regular, but it is also, following Foucault, a mode of discipline and surveillance within late modern forms of power; it does not merely constrict and negate and is, therefore, not merely a juridical form of power. Insofar as regulations operate by way of norms, they become key moments in which the ideality of the norm is reconstituted, its historicity and vulnerability temporarily put out of play. As an operation of power, regulation can take a legal form, but its legal dimension does not exhaust the sphere of its efficaciousness. As that which relies on categories that render individuals socially interchangeable with one another, regulation is thus bound up with the process of normalization” (2004, p. 55).

⁵³ “At stake in such a reformulation of the materiality of bodies will be (...) the construal of ‘sex’ no longer as a bodily given on which the construct of gender is artificially imposed, but as a cultural norm which governs the materialization of bodies” (Butler, 1993, p. 2).

Os limites do corpo excedem, assim, os da sua pele, já que esta superfície é sistematicamente significada e antecipada por tabus e transgressões, “na verdade, as fronteiras do corpo tornam-se (...) os limites do social *per se*. Uma apropriação pós-estruturalista entende as fronteiras do corpo como os limites do socialmente *hegemónico*” (Butler, 2017a, p. 263). Mais do que um meio ou instrumento passivo para as inscrições socioculturais na sua superfície, o corpo é em si um ato ou, com mais rigor, uma performatividade que produz conhecimento de si⁵⁴, que produz identidade e relações existenciais (próximas ou à distância) com o outro. Os corpos instanciados segundo o género não são exceção a esse entendimento e modo de agência (Butler, 2017a; Tolman et al., 2014).

Ora, em que sentido é o género um ato? Como em quaisquer outros dramas sociais rituais, a ação do género exige uma performance reiterada. Esta reiteração é simultaneamente uma reencenação e um reexperimentar de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e é a forma mundana e ritualizada da sua legitimação. Apesar de haver corpos individuais que encenam estas significações ao estilizar-se em modos com género, esta “ação” é pública. Estas ações têm dimensões temporais e coletivas, e o seu carácter público não é inconsequente: na verdade, a performance é levada a cabo com o fim estratégico de manter o género dentro do seu quadro binário - um fim que não se pode atribuir a um sujeito, mas tem antes de se compreender para encontrar e consolidar o sujeito (Butler, 2017a, pp. 277-278).

Convém, neste ponto em que Butler refere o género como ação pública e implicitamente de reconhecimento, estabelecer uma distinção entre performatividade e expressão. Estamos no campo da expressão se existe previamente uma identidade pela qual se mede ou mostra um ato ou atributo, e estamos no campo da performatividade se tal identidade não pré-existir (Butler, 2017a). O que isto instancia, desde logo, como relevante é que os atos performativos não têm valor de verdade, nem

⁵⁴ Veja-se a este propósito o que nota Judith Butler: “O corpo que possuo, incluindo os seus órgãos, está disponível para mim com base numa partição que prenuncia modos alternativos de viver e conhecer o corpo. Sugeri em outros textos que essa partição pode fazer parte de uma estrutura melancólica, mas tenho certeza de que também possui outras fontes” (2017b, p. 58).

são reais ou distorcidos, ou originais e derivados; demonstrar a postulação de uma identidade de gênero como “verdadeira” é uma ficção reguladora (Butler, 2017a)⁵⁵.

A apresentação ou expressão social do gênero não deve, pois, ser confundida com performatividade de gênero, o que na verdade acontece muitas vezes (Tate et al., 2020). Nas sociedades industrializadas, as pessoas servem-se, por exemplo, do vestuário e de acessórios (joias, maquiagem) para expressar ou comunicar o seu gênero, ou ainda através dos nomes pessoais, da modulação da voz, etc. Esta expressão pode variar ainda em grau, consoante o contexto, o que denota uma consciência aguda da significação dos papéis de gênero. Segundo estudos realizados com estudantes⁵⁶, “os homens relataram maiores níveis de masculinidade quando estavam com outros homens do que quando estavam com colegas mulheres”, mas o resultado oposto foi encontrado nas “mulheres que tendem a relatar um maior senso de feminilidade com outras mulheres em comparação com quando estavam com homens (...)” (Tate et al., 2020, pp. 28-29).

Retomando então a performatividade de gênero, deve ficar sublinhado que ela não deve ser entendida como a consolidação de uma “verdade interior”⁵⁷ ou “essência” que enfim aparece: “[g]ênero não é exatamente o que alguém ‘é’ nem é precisamente o que alguém ‘tem’. Gênero é o aparelho pelo qual a produção e normalização do masculino e do feminino ocorrem com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume” (Butler, 2004, p. 42). Especificamente a performatividade estabelece-se e constitui-se pela reiteração de normas hegemônicas (que, mais que repetição, é sobretudo uma produção de

⁵⁵ “Que essa realidade de gênero se crie mediante performances sociais sustentadas tem como consequência que as próprias noções de um sexo essencial e uma masculinidade ou feminilidade verdadeira ou constante também se formem como parte da estratégia que oculta o carácter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferar as configurações de gênero fora dos quadros restritivos da dominação masculina e heterossexualidade obrigatória (...)” (Butler, 2017a, p. 280).

⁵⁶ Detalhados e discutidos por Charlotte Chucky Tate et al. em *Undoing the Gender Binary*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

⁵⁷ “[g]ender is neither a purely psychic truth, conceived as ‘internal’ and ‘hidden,’ nor is it reducible to a surface appearance; on the contrary, its undecidability is to be traced as the play between psyche and appearance (where the latter domain includes what appears in words)” (Butler, 1993, pp. 176-7).

alterações⁵⁸) que precedem e excedem o seu agente, e não é fruto da sua “escolha” ou “vontade” (Butler, 1993), pelo menos não no sentido de criação absoluta a partir do nada ou de volição incondicionada. Desenha-se aqui um cruzamento com a visão do corpo que não é só recetor de dados sensoriais aos quais depois se dá sentido pela consciência e pela cognição. Trata-se, sim, do corpo de experiência direta do mundo no qual está permanentemente imiscuído. O corpo não é matéria formada e/ou informada, mas matéria informante e transformante (Tolman et al., 2014; Medico, 2019). Subscrevendo um contexto anti-cartesiano⁵⁹, pode entender-se o corpo como confirmação de um lugar primordial de realização de vida, de ser do mundo e no mundo. Afirmar a precedência da consciência em relação ao corpo ou, ainda, a precedência de um sujeito que delibera em relação ao género escolhido, parece adotar uma visão cartesiana do “eu”, uma estrutura egológica que ontologicamente vive e se engrandece antes e à parte da linguagem e da vida cultural (Butler, 1986). Ao encontro desta reflexão que confronta o solipsismo cartesiano vem uma outra, de Maurice Merleau-Ponty:

[a] experiência do corpo próprio (...) revela-nos um modo de existência ambíguo. Se tento pensá-lo como um conjunto de processos em terceira pessoa – “visão”, “motricidade”, “sexualidade” - percebo que essas “funções” não podem estar ligadas entre si e ao mundo exterior por relações de causalidade, todas elas estão confusamente retomadas e implicadas em um drama único. Portanto, o corpo não é um objeto. Pela mesma razão, a consciência que tenho dele não é um pensamento, quer dizer, não posso decompô-lo e recompô-lo para formar dele uma ideia clara. Sua unidade é sempre implícita e confusa. Ele é sempre outra coisa que aquilo que ele é, (...)

⁵⁸ “As a discursive practice (performative ‘acts’ must be repeated to become efficacious), performatives constitute a locus of discursive production. No ‘act’ apart from a regularized and sanctioned practice can wield the power to produce that which it declares. Indeed, a performative act apart from a reiterated and, hence, sanctioned set of conventions can appear only as a vain effort to produce effects that it cannot possibly produce” (Butler, 1993, p. 70).

⁵⁹ Lembra Maurice Merleau-Ponty que “[a] tradição cartesiana habituou-nos a desprender-nos do objeto: a atitude reflexiva purifica simultaneamente a noção comum do corpo e a da alma, definindo o corpo como uma soma de partes sem interior, e a alma como um ser inteiramente presente a si mesmo, sem distância. Essas definições correlativas estabelecem a clareza em nós e fora de nós: transparência de um objeto sem dobras, transparência de um sujeito que é apenas aquilo que pensa ser. O objeto é objeto do começo ao fim, e a consciência é consciência do começo ao fim. Há dois sentidos e apenas dois sentidos da palavra existir: existe-se como coisa ou existe-se como consciência” (1999 [1945], p. 268).

enraizado na natureza no próprio momento em que se transforma pela cultura, nunca fechado em si mesmo e nunca ultrapassado. Quer se trate do corpo do outro ou de meu próprio corpo, não tenho outro meio de conhecer o corpo humano senão vivê-lo, quer dizer, retomar por minha conta o drama que o transpassa e confundir-me com ele. Portanto, sou meu corpo, exatamente na medida em que tenho um saber adquirido e, reciprocamente, meu corpo é como um sujeito natural, como um esboço provisório de meu ser total (1999 [1945], pp. 268-9).

Pode dizer-se que o gênero é assim entendido, não como um produto de relações culturais e psíquicas passadas, mas antes como uma forma contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras e de alguém se situar em relação a essas normas, como “um estilo ativo de viver o corpo no mundo” (Butler, 1986, p. 40). E é por isso que uma pessoa se torna o seu gênero e o faz a partir, não de um ponto prévio à cultura ou à vida corpórea (na verdade, esse “tornar-se” não corresponde a uma linearidade temporal), mas nos termos mesmos dessa cultura e das experiências inevitavelmente situadas⁶⁰, contingentes de um (o seu) corpo relacionando-se com o mundo (Beauvoir, 2015a [1949]; Butler, 1986). Nesta moldura não cabe, portanto, um gênero fixado à partida e imutável - “num sentido importante, o gênero não é rastreável a uma origem definível precisamente porque é ele mesmo uma atividade originadora que ocorre incessantemente” (Butler, 1986, p. 39).

Como prática performativa de materialização de normas, o gênero é uma produção controlada e compulsiva para um ideal, mas não se entenda aqui qualquer sentido determinístico (Butler, 1993, p. 176). Pelo contrário, a indeterminação emerge precisamente do carácter iterativo e ritualizado da performatividade, quer pela possibilidade de “erro” em cada tradução da normatividade, quer pela imprevisibilidade dos efeitos que essa iteração compreende.

Entende-se agora melhor que a materialidade dos corpos e, mais especificamente do gênero/sexo, é constitutivamente performativa, é o efeito produtor

⁶⁰ Entendam-se as experiências situadas em dois sentidos: o corpo que nasce já situado num contexto cultural e social determinado e o corpo como dimensão de interpretação, de reapropriação e reescrita desse contexto que ultrapassa, assim, o sentido filosófico tradicional de “limite” ou “essência” (Butler, 1986).

do poder regulador. O género não é, então, uma mera significação cultural tatuada na superfície de uma matéria pré-existente a que se poderia chamar “corpo” ou “sexo feminino” ou “sexo masculino” (Butler, 1993).

Uma vez que “sexo” é entendido na sua normatividade, a materialidade do corpo já não é pensável à parte da materialização dessa norma regulatória. “Sexo” não é, portanto, simplesmente o que se tem, ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais esse “um” se torna viável, aquilo que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio de inteligibilidade cultural (Butler, 1993, pp. xi-xii).

Quando refletimos sobre corpos em transformação ou transformados, não se diz apenas da sua aparência externa, é sobretudo dizer de “uma mudança profunda nas perceções do mundo e na maneira de o sentir” (Medico, 2019, p. 68), onde as modificações são simultaneamente a consequência e a causa de um novo sentir e interagir com o mundo⁶¹ (de novo, a fita de Moebius).

Desafiando heranças cartesianas e as bases ontológicas de muitas teorias, os corpos intersexuais e transgénero revelam como muitas atitudes e posicionamentos psicológicos se encontram profundamente imersos (e limitados) pelo dualismo corpo/mente (Medico, 2019). Contribuem com uma outra visão sobre a materialidade que, referíamos atrás, desestabiliza tanto os paradigmas essencialistas, como os construtivistas do género. E isto, que é tanto, desaconselha considerar estas pessoas como meras exceções (Medico, 2019). Será, portanto, mais útil mudar os termos do debate entre construtivismo e essencialismo para uma questão que reflita como as restrições, afinal constitutivas, do género foram (são) consideradas apenas simbólicas, intratáveis ou incontestáveis (Butler, 1993). Veja-se: a performatividade de género (um exercício que se distancia de um voluntarismo ilimitado) (Butler, 1993), não é possível sem as restrições políticas registadas psiquicamente (tabus, proibições, medo de

⁶¹ No mesmo sentido, disse Simone de Beauvoir: “[a] presença no mundo implica rigorosamente a posição de um corpo que seja ao mesmo tempo uma coisa do mundo e um ponto de vista sobre esse mundo: mas não se exige que esse corpo possua uma ou outra estrutura particular” (2015a [1949], p. 42). E, ainda, “sendo o corpo o instrumento do nosso domínio do mundo, este apresenta-se de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra” (ibid., p. 73).

ostracismo e, até, de morrer) e, por isto, “pode bem ser útil separar a noção de restrições ou limites do esforço metafísico para fundamentar essas restrições num essencialismo biológico ou psicológico” (Butler, 1993, p. 59). O essencialismo de gênero esforça-se por estabelecer “provas incontestáveis” de uma “natureza” sexual ou de uma estrutura pré-cultural da sexualidade, usando-as para assegurar um lugar ou razão metafísica de constrangimento e, assim, contrariar as teorias construtivistas identificadas com um voluntarismo e jogo livres (Butler, 1993). Mas uma construção não é o mesmo que um artifício e, pela parte do construtivismo, é importante que reconheça também que um voluntarismo *tout court* não faz sentido - há constrangimentos, contenções, normas sem as quais seria difícil viabilizar modos outros de viver, de desejar, de tornar outras experiências de vida legíveis. E como vimos, as restrições são elas mesmas condição de possibilidade da performatividade de gênero⁶², sem as quais se poderia confundir a performatividade com uma “autoapresentação teatral” ou performance (Butler, 1993).

Ao encontro do que tem sido abordado, é importante observar outra postura teórica, um “novo materialismo”, que se desenvolve atualmente no campo das teorias críticas, da arte e da filosofia (Medico, 2019). Ele equaciona a subjetividade com a matéria e “propõe evitar um relativismo demasiado absoluto que esqueceria aspetos fundamentais do Sujeito: a encarnação, o potencial autopoietico e de transformação do mundo com os processos não humanos em que está imerso” (Medico, 2019, p. 69). Nesta posição teórica, os corpos são constituídos por e participam das relações de poder, reproduzindo-as e respondendo-lhes ativamente como autotransformação e como agência política consequente (Coole et al., 2010). E não podemos deixar de ver aqui a relevância do gênero não-binário na mobilização do pensamento face à exterioridade. Dito de outro modo, face à(s) materialidade(s) que extravasam uma filosofia reducionista do corpo e da matéria, solicitando a problematização ético-política daquilo que resiste a uma histórica interioridade solipsista.

⁶² Como insiste Judith Butler, “constraint is not necessarily that which sets a limit to performativity; constraint is, rather, that which impels and sustains performativity” (1993, p. 95).

2.3. “Existir” o próprio gênero ⁶³

Ao referir a performatividade de gênero sublinhámos que não se trata de uma escolha, tomando escolha como uma criação absoluta e associada a conhecimento reflexivo ou, então, tomada como voluntarismo sem restrições (Butler, 2009)⁶⁴. De que se está, portanto, a falar se se afirma que não é uma escolha e como se concilia essa não-escolha com a liberdade contida implicitamente num permanente construir ou “tornar-se” um gênero? Veja-se primeiro o que escreveu Merleau-Ponty sobre liberdade e determinismo.

Uma consciência para quem o mundo é “óbvio”, que o encontra “já constituído” e presente até nela mesma, não escolhe absolutamente nem seu ser, nem sua maneira de ser. O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspeto, somos solicitados, sob o segundo somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspetos ao mesmo tempo. Portanto, nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua. Em particular, mesmo nossas iniciativas, mesmo as situações que escolhemos, uma vez assumidas, nos conduzem como que por benevolência (1999 [1945], p. 608).

Encontrarmo-nos imersos, logo à partida, num mundo já constituído não significa que estamos condenados por ele. E no mesmo sentido, Judith Butler (2009) nota que mesmo quando se decide mudar de gênero, ou produzir gênero, é com base em desejos muito poderosos que se faz essa escolha e os desejos não são, em última instância, o resultado de uma decisão. Dito por outras palavras, “[a]char-se situado à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo. Aqui, também, para emergir

⁶³ Expressão de Judith Butler: “‘existing’ one’s gender means that one is tacitly accepting or reworking cultural norms governing the interpretation of one’s body” (1986, p. 47).

⁶⁴ Mais exactamente nestes termos: “none of us has the choice of creating ourselves ex nihilo” e, ainda, “we would doubtless make a mistake if we thought that we might remake our gender or reconstruct our sexuality on the basis of a deliberate decision” (Butler, 2009, p. xii).

do ‘dado’ é preciso, antes de tudo, estar nele profundamente enraizado” (Beauvoir, 2015a [1949], p. 232).

Não se descure, todavia, que estar numa posição de observação ou de distanciamento crítico (portanto, de um “exterior”) e simultaneamente estar imerso (portanto, numa posição “interna”) naquilo de que se pretende emancipar-se pode constituir um “puzzle ontológico” (Butler, 1986). E parece assim talvez porque se entende que há um sujeito prévio (em sentido temporal e ontológico) a uma escolha ou ação. No entanto, se se conceder que não existe temporalmente um sujeito prévio à sua ação⁶⁵, o que parecia tautológico ganha clareza. Na verdade, sujeito e objeto (sendo aqui objeto o gênero sobre o qual se age ou se “escolhe”) não distam ontologicamente um do outro, são uma junção ontológica (Butler, 1986, p. 40) pois constituem-se mútua e simultaneamente. Na senda de Foucault (citado no subcapítulo I.3., pg. 37), Judith Butler reforça se

existirá um gênero que preexiste à sua regulação, ou será que, por estar sujeito à regulação, o sujeito de gênero emerge, produzido em e por meio dessa forma particular de sujeição? A sujeição não é o processo pelo qual as regulações produzem o gênero? É importante lembrar pelo menos duas advertências sobre sujeição e regulação derivadas dos estudos foucaultianos: (1) o poder regulador não apenas atua sobre um sujeito preexistente, mas também molda e dá forma a esse sujeito; além disso, qualquer forma jurídica de poder tem efeito produtivo; e (2) sujeitar-se a uma regulação é também tornar-se subjetivado por ela, isto é, ser trazido à existência como sujeito precisamente por se ser regulado. Este segundo ponto decorre do primeiro onde os discursos reguladores que constituem o sujeito de gênero são justamente aqueles que exigem e induzem o sujeito em questão (Butler, 2004, p. 41).

Esta consideração não prescreve, contudo, a presença obrigatória de uma estrutura epistemológica ou um conhecimento reflexivo, algo que inclusive possa ser usado em qualquer momento. Configura antes uma “escolha pré-reflexiva” que

⁶⁵ O sujeito formar-se-ia então por um processo de iteratividade [iterability] que é, relembro: “a regularized and constrained repetition of norms. And this repetition is not performed by a subject; this repetition is what enables a subject and constitutes the temporal condition for the subject” (Butler, 1993, p. 95).

consegue inscrever um sentido cultural na estrutura gnosiológica pela interpretação de sanções, tabus e prescrições. Essa "escolha pré-reflexiva é um ato tácito e espontâneo que Sartre denomina 'quasi conhecimento'. Não totalmente consciente, mas acessível à consciência, é o tipo de escolha que fazemos e só mais tarde percebemos que fizemos" (Butler, 1986, p. 40). Daqui que a escolha se traduza, não em ato criativo absoluto, mas em reescrita e em renovação: o "género é um projeto tácito para renovar a história cultural de alguém nos seus próprios termos. Esta não é uma tarefa prescritiva que devemos esforçar-nos para cumprir, é antes uma tarefa que temos vindo a executar desde sempre" (Butler, 1986, p. 40).

Numa interpretação do corpo que, como visto na secção anterior, escapa ao sentido filosófico tradicional de "limite" ou "essência" e se renova como "perspetiva" e "situação", temos assim um "nexo de cultura e escolha" materializado (Butler, 1986, p. 45). Revestido assim pelas reapropriações únicas e pessoais das normas que se recebe, faz sentido dizer que cada pessoa "existe o seu corpo" e "existe o seu género" (Butler, 1986).

Decorrente do que se apresentou, o género configura uma subversão das restrições impostas pelo próprio sistema binário de género, e fá-lo segundo formulações novas que diluem polaridades e confundem o "masculino" e o "feminino". Tanto assim que "[a]través da incorporação intencional da ambiguidade, as oposições binárias perdem clareza e força, e 'masculino' e 'feminino' enquanto termos descritivos perdem utilidade" (Butler, 1986, p. 47). Podemos dizer também, procurando sublinhar o exposto, que é precisamente sob uma perspetiva do género enquanto "dialética de restabelecimento [recovery] e invenção", que tornar-se um género significa, a um só tempo, submissão à contingência cultural e criação de uma nova situação (Butler, 1986).

Pela sua noção de movimento, o termo "tornar-se" significa também, no âmbito do género, ser um "potencial de evocação de intensidades e de corporeidades" (Medico, 2019, p. 64), algo que sugere indeterminação ou "uma alternância temporal entre duas ou mais formas de género de acordo com os contextos e os momentos da vida, sem que isso seja entendido como uma indecisão, mas mais como uma multiplicação de subjetividades de género" (Medico, 2019, p. 65). Adicionalmente pode ver-se uma

integração ou, no extremo, “uma neutralidade que rejeita o conceito de gênero, tanto masculino quanto feminino” (Medico, 2019, p. 65). Em boa verdade, não é de referências que contêm pessoas que estamos a tratar, mas de devir(es) e de processos (Medico, 2019) e, com mais clareza, das possibilidades de liberdade.

A escolha que começámos por referir é a de criar sentidos outros (e em alguns casos dar sentido onde ele não se encontra) e a de reescrever nos termos de cada pessoa a sua própria narrativa de gênero. *In media res*, como proposto no primeiro capítulo, e tentando reciclar a gramática binária porque é já desadequada para o que se quer dizer. A narrativa própria integra o que a antecedeu e o que se presentifica, mas deixa em aberto (porque é devir) aquilo que virá a ser.

[C]om efeito, sempre temos o poder de interromper, mas em todo caso ele supõe um poder de começar, não haveria arrancamento se a liberdade não se tivesse investido em parte alguma e não se preparasse para fixar-se alhures. Se não há ciclos de conduta, situações abertas que pedem um certo acabamento e que possam servir de fundo, seja a uma decisão que as confirme, seja a uma decisão que as transforme, a liberdade nunca tem lugar (Merleau-Ponty, 1999 [1945], p. 586).

Embora popularmente conotada com dimensões não materiais, é mesmo de transcendência que estamos a falar, entendendo-a como o “movimento pelo qual a existência, por sua conta, retoma e transforma uma situação de fato” (Merleau-Ponty, 1999 [1945], p. 234) e isto é convergente com o que elaborámos sobre a materialização das normas e regulações no “existir o gênero” - uma transcendência que é a materialidade em tensão para a superação, todavia, sem consegui-la plenamente. Dessa tensão sentida na carne podemos ler que “não há na existência humana nenhuma posse incondicionada e, todavia, nenhum atributo fortuito”, o que nos aponta que “[t]udo aquilo que somos, nós o somos sobre a base de uma situação de fato que fazemos nossa, e que transformamos sem cessar por uma espécie de regulação que nunca é uma liberdade incondicionada” (Merleau-Ponty, 1999 [1945], p. 236).

À luz do que aqui se elabora, há diversos experienciares/existir(es) corpóreos (não só do gênero não-binário, mas também das etnias, dos corpos incapacitados, dos doentes) que desafiam esquemas epistemológicos dualistas e binários, instigam o

pensar e agir humanos a rever o que se considera imanência, transcendência, liberdade, necessidade e contingência. São conceitos que se inscrevem, como tentei mostrar, na autorrealização e, como se depreende, na conflitualidade que esse processo tantas vezes contém face ao social. Aliados a uma consciencialização de quanto da denominada “exterioridade” é extensão da “interioridade” do sujeito e de como ambas se relacionam no conhecimento do mundo, aqueles conceitos acabam por participar numa reconfiguração dos “limites” do “eu”/“nós”. Neste ponto, se nos permitirmos adotar um olhar ainda mais abrangente, antecipa-se a preponderância que estas articulações ganham quando transferidas para desafios contemporâneos onde, em comunidades globais, coexistem diferenças de identidade (culturais, religiosas, étnicas, de género, de nacionalidade, económicas) que desafiam a construção de sentidos (individuais e coletivos) e exigem respostas políticas e institucionais aos problemas vividos.

3. Capítulo 3 - Normatividade

As with other roles, sanctions against violating various pre- and proscriptions vary. In fact, the sanctions, rather than the expectations, may be what is changing in contemporary society.

Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1985, p. 12)

(...) não há outro bem público senão o que assegura o bem individual dos cidadãos. É do ponto de vista das oportunidades concretas dadas aos indivíduos que julgamos as instituições.

Simone de Beauvoir (2015a [1949], p. 31)

Viu-se como o natural e o cultural, o sujeito e o objeto, mais do que confrontar-se, podem confundir-se e influenciar mutuamente. As hipotéticas delimitações ou, inclusive, tentativas ontológicas para seu discernimento revelam-se, muitas vezes, forçadas e mesmo contraproducentes no que diz respeito à análise do gênero (e por inerência, do corpo, do outro, do mundo). Na continuação do exposto, proceder a uma desconstrução dos pressupostos e dicotomias que escoram as normas e mecanismos de alocação da vulnerabilidade, permite desvelar o falso determinismo a que essas estruturas recorrem para sua própria justificação e, daí, perceber como podem então irromper outros possíveis. Espera-se assim que, apesar (ou por causa) dos condicionalismos que moldam pensamento e ação, ainda seja possível dizer, como Merleau-Ponty, “e todavia sou livre”⁶⁶ (1999 [1945], p. 611).

3.1. E, todavia, sou livre

No processo de confirmação das normas e do seu poder regulativo há exclusão e mesmo negação de vidas. Esta percepção da violação do direito de existir tem

⁶⁶ Importa completar a citação: “[s]ou uma estrutura psicológica e histórica. Com a existência recebi uma maneira de existir, um estilo. Todos os meus pensamentos e minhas ações estão em relação com esta estrutura, e mesmo o pensamento de um filósofo não é senão uma maneira de explicitar seu poder sobre o mundo, aquilo que ele é. E todavia sou livre, não a despeito ou aquém dessas motivações, mas por seu meio. Pois esta vida significativa, esta certa significação da natureza e da história que sou eu, não limita meu acesso ao mundo, ao contrário ela é meu meio de comunicar-me com ele” (1999 [1945], p. 611).

implicações éticas e solicita espaços de transformação efetiva que tragam justiça e viabilidade para vidas reiteradamente ignoradas ou consideradas “problemáticas” ou “ininteligíveis”. Vidas que muitas vezes carregam já um lastro de desigualdades sobrepostas. Apelar ao normal e proceder à naturalização de categorias por mecanismos insuspeitos (sejam teóricos, científicos, políticos, económicos) participa na validação da existência do “desviante”, do “patológico”, do “marginal” e até do “criminoso”⁶⁷. Também promove uma aceitação tácita de estratégias de poder que distribuem diferencial e discriminatoriamente a vulnerabilidade, as interdições, as permissões, a verdade (Foucault, 1994 [1976]). Incorre-se deste modo em prescrições do direito a viver ou da condenação à morte. Implicitamente o desvio em relação à norma acaba por ser um operador de significação metafísica pelo questionamento da existência pessoal que proporciona. Exceder o que está estabelecido, baralhar fronteiras e não ser conforme pode obviar um sentido social e até colocar a própria existência em questão (Butler, 1986).

Nesses momentos de deslocação de género em que percebemos que dificilmente será uma necessidade ser os géneros em que nos tornamos, enfrentamos o fardo da escolha intrínseca ao viver como homem ou mulher ou como alguma outra identidade de género, uma liberdade que se tornou pesada pela restrição social (Butler, 1986, p. 42).

É neste eixo de reflexão que faz sentido perguntar “O que conta como pessoa? O que conta como género coerente? (...) Que mundo é legitimado como real?” (Butler, 2004, p. 58). Ou o mesmo assunto colocado sob outra perspetiva, “[p]or que normas sou restringido quando começo a perguntar o que posso tornar-me? E que acontece quando eu começo a tornar-me aquilo para o qual não há lugar dentro de um dado

⁶⁷ “The social punishments that follow upon transgressions of gender include the surgical correction of intersexed persons, the medical and psychiatric pathologization and criminalization in several countries including the United States of ‘gender dysphoric’ people, the harassment of gender-troubled persons on the street or in the workplace, employment discrimination, and violence. The prohibition of sexual harassment of women by men that is based on a rationale that assumes heterosexual subordination as the exclusive scene of sexuality and gender thus itself becomes a regulatory means for the production and maintenance of gender norms within heterosexuality” (Butler, 2004, p. 55).

regime de verdade?”⁶⁸ (Butler, 2004, p. 58). Este perguntar pelo que se pode ser não se reduz a uma oposição ser/não-ser, representa antes um limbo que chega a ser mais inquietante do que essa oposição: nem se é totalmente negado e nem se é totalmente reconhecido como ser. Isto preconiza uma articulação entre a inteligibilidade e o humano (Butler, 2004) que é confirmada precisamente nos pontos liminares, onde o humano desafia o inteligível. Aí se encontram também as possibilidades de pensar e fazer de outro modo.

Adivinha-se já que estas interrogações caem na esfera da justiça e da pessoalidade. Na medida em que a justiça não tem unicamente a ver com o modo como as pessoas são tratadas ou como as sociedades devem ser constituídas, ela diz respeito a decisões e critérios sobre como aparecer em público, sobre o que é uma pessoa e sobre que normas devem ser levadas em conta para a expressão e consequente reconhecimento pelos demais dessa pessoalidade (Butler, 2004)⁶⁹. Se se considerar o género um atributo da pessoa, pode inferir-se que, se removido, o estatuto “pessoa” não ficará danificado. Mas se se considerar o género como condição social do aparecer e da inteligibilidade, e se a noção de pessoa estiver dependente de determinações sociais como, por exemplo, o sexo do indivíduo, então a eliminação da categoria de género eliminaria a “pessoa” também (Butler, 2000). A atribuição de um poder constitutivo a esta categoria social (como também à de “raça”, por exemplo) leva à formulação de que uma pessoa é a prática social do género (Butler, 2000). Todavia, uma pessoa com arranjos cromossómicos complexos não encontra na categoria social “sexo” a base estável ou sistemática para definir a sua pessoalidade. Estas situações minam os

⁶⁸ Este “regime de verdade” deve ser entendido seguindo a noção foucaultiana da política da verdade que Butler resgata, uma política que prescreve o que conta ou não como verdade, que regula ou ordena o mundo e que é aceite como um dado conhecimento.

⁶⁹ Acerca da pessoalidade e das regulações do que aparece no espaço público, deve ter-se presente, como nota Judith Butler, que há dimensões da pessoalidade que não aparecem (visualmente): “dimensions of psychic life that remain unexpressed or inexpressible, dimensions of human biology which for the most part remain concealed, aspects of human experience, especially those pertaining to time, such as memory or expectation, that cannot appear in any direct form in the present” (2000, p. 59). Sendo assim, “[i]f the meaning of persons is (...) not fully exhausted in the realm of appearance, it would be good to know how we can continue to conceive of persons as social beings without, as it were, reducing them to the ways in which they appear” (ibid.).

intentos de confirmar o gênero como constitutivo, de confirmar assim a “pessoa”, a sua expressão e reconhecimento. Por outro lado, estas mesmas características de instabilidade e de não-sistematicidade são as que permitem transformar a normatividade de gênero, de tal modo que o gênero não continue a ser entendido dicotomicamente e segundo estereótipos de corpos e afetos “adequados”. Essas características acabam por expor as regulações binárias e heteronormativas que demonizam e marginalizam modos de ser ou os designam “patológicos” (Butler, 2000; Tolman et al., 2014).

E onde escrevemos reconhecimento da pessoa, estamos igualmente a escrever o reconhecimento de um ser de gênero [gendered being] e, ainda, do humano.

O próprio critério pelo qual julgamos uma pessoa como um ser de gênero, um critério que postula o gênero coerente como um pressuposto da humanidade, não é apenas aquele que, justa ou injustamente, governa o reconhecimento do ser humano, mas aquele que informa as maneiras como nos reconhecemos ou não ao nível do sentimento, do desejo e do corpo, nos momentos diante do espelho, nos momentos diante da janela, nas vezes em que nos voltamos para os psicólogos, os psiquiatras, para profissionais médicos e jurídicos para negociar o que pode parecer a irreconhecibilidade do nosso gênero e, portanto, a irreconhecibilidade da nossa personalidade (Butler, 2004, pp. 57-8).

A normatividade tem a ver com o que aparece no espaço público e de que modo, com formas de distinguir o privado do público e, ainda, tem a ver com a instrumentalização dessas distinções na política sexual (Butler, 2009)⁷⁰. Neste sentido, estabelecem-se critérios de criminalização, de proteção legal e/ou policial na rua, no trabalho, nos hospitais, em casa, estabelece-se quem é estigmatizado, quem recebe benefícios fiscais e médicos e quem verá as suas relações de filiação ou familiares reconhecidas pela lei. Entende-se que “aqueles que não vivem o seu gênero de maneira

⁷⁰ Nesta reflexão converge Gayle Rubin: “[a]s with other aspects of human behaviour, the concrete institutional forms of sexuality at any given time and place are products of human activity. They are imbued with conflicts of interest and political manoeuvre, both deliberate and incidental. In that sense, sex is always political. But there are also historical periods in which sexuality is more sharply contested and more overtly politicized. In such periods, the domain of erotic life is, in effect, renegotiated” (2007, p. 143).

inteligível correm maior risco de assédio e de violência” (Butler, 2009, p. ii). As normas não são unicamente o reflexo de relações de poder, são “o próprio modo em que o poder opera”, uma vez que “o poder não pode permanecer no poder sem se reproduzir de alguma forma. E qualquer ato de reprodução corre o risco de erro, de divergir ou produzir efeitos que não são totalmente previsíveis” (Butler, 2009, p. iii).

Identificar-se com um gênero sob os regimes de poder contemporâneos envolve a identificação com o conjunto de normas que são e não são realizáveis, e cujo poder e estatuto precedem as identificações às quais são insistentemente aproximados. (...) [H]á um custo em cada identificação, a perda de algum outro conjunto de identificações, a aproximação forçada a uma norma que nunca se escolhe, uma norma que nos escolhe, mas que ocupamos, revertermos, resignificamos na medida em que a norma falha em determinar-nos completamente (Butler, 1993, p. 86).

Sugerir, em acréscimo, que o gênero é uma norma (Butler, 2004) requer mais explanação. Norma, regra e lei não são termos sobreponíveis. Uma norma opera dentro das práticas sociais com um padrão implícito de normalização. “As normas podem ou não ser explícitas, e quando operam como o princípio normalizador na prática social, geralmente permanecem implícitas, difíceis de ler, apenas discerníveis de forma mais clara e dramática nos efeitos que produzem” (Butler, 2004, p. 41). Dizer que o gênero é uma norma defende que o gênero se encontra sempre, ainda que tenuemente, inserido em, ou melhor, corporalizado [embodied] num agente social particular. E como norma, governa a inteligibilidade social de uma ação, torna-a passível de reconhecimento, mas não se confunde com a ação ela mesma. Impondo uma grelha de leitura do e sobre o social, a norma admite o que é legível sob essa grelha e exclui o “ilegível”. Por isto, explicitar o que está no exterior da norma é, ainda assim, tomá-la como referência (Butler, 2004).

Vejamos exemplos relacionados com o nosso tema daquilo que é considerado norma e do que constitui uma transgressão ou desafio a essa norma. Relativamente à normatividade de gênero e sexo, a norma é que devem corresponder-se e seguir guiões heteronormativos para o gênero e sexo (van Anders, 2015). Logo, constitui uma transgressão a essa norma, por exemplo, ter desejos e/ou atividades sexuais de gênero

e sexo divergentes, não uniformes (no sentido de mutáveis), ou não ter gênero e/ou sexo como característica primária ou orientadora da intimidade, ou ter interesses em ambos ou qualquer gênero ou sexo, ou ter interesses em corpos de gênero e/ou sexos não normativos ou ter um corpo de gênero ou sexo não normativo (van Anders, 2015). Relativamente à binariedade, a normatividade estabelece que “os indivíduos são programados para serem mulheres ou homens e estarem intimamente interessados em homens ou mulheres; que mulheres e homens são opostos” (van Anders, 2015, p. 1187). E constitui uma transgressão ou desafio a essa norma “[v]er o mundo como tendo gêneros e/ou sexos mais diversos do que os que existem dentro de um binário mulher-homem” (ibid.).

Ao promover versões ideais e, portanto, tendencialmente inatingíveis de “mulher” e “homem”, as normas heterossexuais de gênero configuram uma hiperbolização dessas categorias binárias (Butler, 1993). Mas ensombrado pela ineficácia, o poder regulador dessas normas exibe uma vertente de negociação, revelando quer o incessante, repetitivo esforço desse poder na afirmação e expansão da sua jurisdição, quer as possibilidades de as suas falhas serem trabalhadas com vista à subversão desse mesmo poder. A possibilidade de (re)significação das normas de gênero binário ganha com a exposição daquela hiperbolização (Butler, 1993) – apercebendo-a, esbate-se a tão valorizada dicotomia de gênero e, em paralelo, percebe-se que a produção deste binário coerente é contingente.

O perigo das (re)significações, todavia, não deve ser ignorado. Enquanto possíveis lugares de resistência, as (re)significações podem levar, no extremo, a um fechamento dos gêneros sobre si mesmos, catapultando (novos) estereótipos e exclusões, pelo que “podemos ser recapturados e aprisionados novamente, como borboletas mortas, nas nossas perversões e gêneros” (Butler & Weed, 2011, p. 282). O relevante, então, será entender a resistência e as (re)significações de gênero como interstícios de criação, de vivências e de conhecimento outros do gênero. A resistência configura-se como lugar de perene transformação, mutando a “adversidade de ‘decisões divididas’” em “novas maneiras de pensar, sentir e agir no mundo” (Butler & Weed, 2011, p. 282).

O não cumprimento das normas de género põe em questão a viabilidade de uma vida, “as condições ontológicas da sua persistência” (Butler, 2009, p. iv). Aqueles modos de existir o género que não são reconhecíveis permanecem nos limites das normas vigentes de pensar o corpo e a pessoalidade, “criando pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem essas vidas que elas criam - e quebram” (Butler, 2004, p. 56). A performatividade de género, todavia, pode realizar possibilidades de tornar alguém “elegível” para um estatuto de sujeito reconhecível ou de reconhecimento, desvelando os instrumentos de alocação e distribuição diferencial do reconhecimento (Butler, 2009). Mas, mais do que pensar os sujeitos ou pessoas como seres que solicitam reconhecimento legal e/ou político das suas vidas, dever-se-ia pensar neles como participantes ativos nos termos desse reconhecimento que condicionam, logo à partida, quem conta ou não como sujeito/pessoa (Butler, 2009). Esta é uma questão que liga indelevelmente o género (ou existir o género) a um “existir o corpo” e, ainda, ao sentido e realização do desconhecido.

3.2. A Materialização do Desconhecido⁷¹

This is how the human comes into being, again
and again, as that which we have yet to know.

Judith Butler (2003, p.36)

Nesta problematização filosófica sobre o género temos considerado a performatividade enquanto processo que congrega a(s) materialidade(s) do corpo e a transformação de normatividade vigente em novos possíveis onde o género é entendido sem o espalho binário. Daqui parte-se para o “como” - como viabilizar modos de existir o corpo e o mundo que permanecem ignorados ou são violentados por

⁷¹ Este subcapítulo fez parte de uma comunicação intitulada *The Body as a Political Statement* apresentada nas “XVI Jornadas Internacionales de Filosofía Política - Control Social: Acción, Libertades y Ciudadanías” que decorreram nos dias 27, 28, 29 de novembro de 2019. Barcelona, Espanha.

incompreensão e discriminações. A efetivação destes novos possíveis, onde a injustiça e a desigualdade sejam minoradas, passará por recursos políticos e pela possibilidade de contestação de quem é ou está normativamente excluído e que, por isso mesmo, pode dizer-se se mantém desconhecido.

O corpo performativo revela um reduto de agência para aqueles que a normatividade não lê como existências válidas ou assimiláveis e, por isso, não têm acesso a recursos legais ou mecanismos de proteção. A pertinência desta análise revela-se pela constatação de políticas que, pela sua inadequação, desatualização ou limitações, resultam negligentes, exclusivas ou insuficientes (Butler, 2018). E revela-se, por outro lado, pelo desvelamento dos instrumentos políticos, sociais e económicos que, de modo diferenciado e tácito, distribuem a precariedade pela população, tornando uns mais expostos do que outros à violência, à desmoralização, à pobreza, à injúria e à morte. A precariedade, mais do que adversidade económica ou fragilidade, descreve exatamente a vida daqueles cujo “lugar apropriado” é o não-ser” (Butler & Athanasiou, 2013, p. 19) ou, como vimos, o limbo entre ser e não-ser (nem totalmente ignorados, nem completamente reconhecidos). Trata-se de uma dispensabilidade social com diversas modalidades de (des)valorização e inclusive de negação do humano: morte social, racismo, abandono, transfobia, fascismo, homofobia, assédio sexual, militarismo, má-nutrição, acidentes industriais, injustiças laborais, privatizações, gentrificação, xenofobia, etc.

Pelos nossos corpos, com os nossos corpos, denotamos processos densos e complexos de relações de interdependência. Expomo-nos, apresentamo-nos, descontinuamo-nos, damo-nos aos outros e à regulação de desejos, de elos sexuais, de elos de parentesco e de condições de humanização. De que modo então, perante a força apodítica da normatividade, das relações de poder, da propriedade e da biopolítica, pode alguém “excluído” reivindicar o seu reconhecimento e a sua inscrição num futuro social? De que força e de que formas de influência pode essa pessoa dispor para contestar instâncias hegemónicas e reguladoras? Destas perguntas seguem-se respostas que podem (devem) ir além de um apelo à tolerância do “diferente”, que

proporcionem outros modos de pensar e de realizar o humano que permanecem urgentes nos debates do pensamento filosófico contemporâneo.

Não se pretende negar ou erradicar a normatividade e nem se pretende torná-la simplesmente mais abrangente. Foi desenvolvido anteriormente que se, por um lado, a própria normatividade gera problemas, por outro é a possibilidade de garantir direitos e deveres e de proteger. Desafiar, então, estas estruturas tão restritivas quanto emancipadoras exige soluções onde relações e ações coercivas ou excludentes não sejam potenciadas, mas antes desconstruídas e reformuladas (Butler, 2018). A performatividade resgata o corpo da vida privada e da invisibilidade doméstica para um palco político onde ainda persiste uma sobrestima da vida pública e da razão teórica.

Para todos os que protestam arriscando o seu corpo e expondo-se ao imprevisível, é essencial verem confirmados os seus modos de vida como legítimos, inteligíveis e como âmbito de desejos. Seja para reivindicar justiça, comida, emprego, ou o direito a viver o seu género sem sofrer assédio e violência (física, psicológica), seja para clamar por direitos de cidadania, ou renegociações de dívidas públicas, habitação acessível, tratamento hospitalar e educação, todos quantos arriscam a própria segurança em protestos afirmam “estou aqui” e “eu existo”. Mesmo que se solicitem aparentemente coisas díspares, em qualquer destas formulações estamos no domínio da relacionalidade, da coexistência de corpos diversos e da interdependência. Neste contexto não cabe, portanto, a configuração de um isolamento ou uma autonomia absolutos. Como seres sujeitos a privações (de lugar, de vida, abrigo, comida, identidade), sujeitos à perda e à incerteza, admite-se que estamos fundamentalmente condicionados e constituídos por poderes que tanto nos sustentam como nos uniformizam.

Neste enquadramento referirei uma noção que congrega a relacionalidade atrás referida e prepara, a meu ver, a interseccionalidade [intersectionality]⁷² dos assuntos que vamos explorando: desposseção. A desposseção é entendida de modo válido sob duas leituras diversas. Dela extraímos, por um lado, o sentido de sujeição a

⁷² Um conceito ao qual recorrerei em mais momentos, deixando já elucidado que interseccionalidade [intersectionality] designa a “dinâmica inextricável e interseccional de poder e opressão, muitas vezes resultando em experiências de discriminação que não podem ser facilmente atribuídas a uma única categoria de identidade” (Iantaffi, 2017, p. 284).

normas/regulações que precedem o *sujeito-ainda-por-ser* (Butler & Athanasiou, 2013, p. 1) e que concorrem para uma heteronomia que restringe abusos individuais. Por outro lado, despossessão refere-se ao modo impositivo e/ou distributivo de processos e ideologias que desvalorizam ou desmoralizam pessoas ou grupos de pessoas e procedem a uma distribuição de vulnerabilidade (Butler, 2018). Não se confunda, pois, “ser” despossuído⁷³ [dispossessed] com “tornar-se” despossuído (Butler & Athanasiou, 2013). Entre estas designações não há qualquer nexo causal, cronológico ou ontológico. Ser despossuído é uma disposição primeva da relacionalidade humana que expressa a base de sujeição à contingência. Tornar-se despossuído é uma derivação de privação forçada ou imposta (por exemplo, de terra, direitos, identidade, desejos, pertença).

Pela noção de despossessão podemos ser conduzidos a uma desconstrução das significações jurídicas e sociais de posse ou propriedade que estruturaram e controlam os conceitos de pessoa, de pertença de si, de agência e de identidade (Butler & Athanasiou, 2013). Podemos ser também conduzidos à vulnerabilidade enquanto condição de existência – a vulnerabilidade ao que já existe antes de nós nascermos, a outros corpos, ao que não possuímos ou controlamos, à violência, à incompreensão, ao desconhecido. Contudo, destas desconstruções e destes encontros assomam alternativas políticas que, na reconfiguração das normas ditadas, substituem a posse ou propriedade por outra noção, a de pertença (e querer pertencer a algo ou alguém). Repare-se que, quando se é exposto ou presentificado ao desconhecido, fica-se comprometido com uma resistência e com um ato transformador particular - a materialização muito concreta de presença e de agência pelo aparecer do corpo (Butler, 2015). Este ato transforma o “apresentar-se a” numa ocasião de posicionamento crítico e de assertividade pelo “eu sou”. Apesar de potencialmente danosa (porque não se prevê a reação), esta interpelação ou proclamação é condição de possibilidade de

⁷³ Embora tenha optado, por razões de correção ortográfica, pelo termo “despossuído” da língua portuguesa devo esclarecer que este não traduz integralmente o sentido da palavra inglesa (inglês dos E.U.A.) *dispossessed* como Judith Butler e Athena Athanasiou (2013) usam. Este designa não só a perda de algo que já se possuiu, mas também a inexistência de algo ou algo que nunca se tem. Envolve, portanto, mais do que considerações materiais e económicas, remetendo para a dimensão existencial, corpórea, afetiva e da afeção, e sugere a incompletude. Tornar-se-á mais explícito ao longo da reflexão deste subcapítulo.

significações não normativas daquilo que se entende por presença (Butler & Athanasiou, 2013). Ser-se despossuído pela presença de outros e pela nossa própria presença ao outro é o único modo de estar/ser presente. De facto, muitas vezes, para que esta presença se efetive, abandonam-se as normas e transcendem-se os limites pelas quais se instituiu o “eu” e o “outro”, o “nós” e os “outros” e é-se necessariamente implicado nos desejos e nas ansiedades que a presença e a posse geram. Isto é particularmente notório no caso das existências que referimos situadas entre o ser e o não-ser. Como nota Judith Butler, “a lógica da apropriação e desposseção (...) persiste reproduzindo uma metafísica da presença sob a forma de violência inerente a subjetividades impróprias, expropriadas e desapropriadas” (2013, p. 18).

Entenda-se então a desposseção como “mapeada nos nossos corpos, em corpos-no-seu-espço particulares, através de matrizes normativas, mas também através de práticas situadas de raça, género, sexualidade, intimidade, capacidade física, economia e cidadania” (Butler & Athanasiou, 2013, p. 18). Estas práticas produzem subjetividades *sub-humanas* ou assombrosamente *demasiado humanas*, conectando-as com identidades automeadas e naturalizadas que lhes atribuem o “devido lugar” (Butler & Athanasiou, 2013, p. 19). Sendo que o “devido lugar” daqueles que as normas não conhecem é um inquietante lugar de negação existencial.

A desposseção tem uma lógica de violência revelada na acomodação de mecanismos de diferenciação negativa política e social, mas tem também uma lógica enquanto condição do humano, na conotação com a incompletude e o indeterminado do ser em (re)construção permanente (Butler & Athanasiou, 2013). E esta incompletude e indeterminação têm poder disruptivo. Estamos no campo da possibilidade de rutura dos termos galvanizantes do inteligível (“humano”, “mulher”, “homem”, “posse”, “natural”, “normal”). Porém, como se pode mudar a normatividade sem a potenciar? O reconhecimento de vidas que contam é, ele próprio, uma categoria performativa, levando o potencial de transformação à esfera política. Não é uma categoria ontológica, mas serve molduras ontológicas (Butler & Athanasiou, 2013). Daqui vemos que, para trabalhar o reconhecimento sem sucumbir a novas fórmulas de exclusão, é impreterível distinguir entre justiça e regimes legais. A performatividade política tem lugar quando o

que não conta ou não é numerável se mostra reflexivo, passa a contar (no sentido numérico e no sentido do que se presentifica de algum modo) e exerce o “direito” (entre aspas porque o faz sem lhe ser previamente reconhecido) de existir. “A performatividade designa o exercício não autorizado de um direito à existência que impulsiona os precários para a vida política” (Butler & Athanasiou, 2013, p. 101).

Em manifestações na praça pública, com os corpos dos “invisíveis”, dos “de fora”, dos ilegais, dos que não se sabe o que são, materializam-se alternativas de agência política e de discursos irreduzíveis aos termos liberais da autossuficiência e autorresponsabilidade. Não se trata duma promoção da tolerância ou de uma ampliação dos mecanismos reguladores. Trata-se antes duma revisão fraturante da naturalização dos fundamentos mesmos da normatividade e de corresponsabilizar instituições e anónimos na criação de espaço para o que não tem espaço próprio segundo o espartilho heterossexual, cisgénero, branco, saudável, masculino, jovem, do pensamento sobre o humano. Expor as forças regulatórias que conferem coesão e sustêm os ideais do liberalismo e destitui-lo da sua roupagem universalizadora e abstrata, serve também para “abandonar os ossos em que se baseia a política ela mesma”, possibilitando outros modos de a estruturar, exercer e de a pensar (Butler & Athanasiou, 2013, p. 83). Tudo depende, porém, da habilidade de instrumentalizar o poder do estado sem que de novo, sob outras formas, se seja subjugado por ele. A performatividade política, ao desafiar a distribuição que as normas instituem como diferenciação e discriminação social perpassa, pois, a construção do “eu” e inerentemente do político subsumido no “nós”. E desafia essa distribuição propondo a sua subversão com aquilo mesmo que ela acaba por revelar: que somos constitutivamente precários e despossuídos (Butler & Athanasiou, 2013).

Ao discursar usando o próprio corpo (ainda que, note-se, tantas vezes em silêncio), “diz-se” eu existo, eu não sou descartável. E isto é ação política. Materializa-se o excluído, o esquecido, o desconhecido. Os corpos reunidos em espaço público exemplificam relações de igualdade, sem hierarquias, algo que precisamente não consta dos regimes políticos e económicos liberais e neoliberais. E acentue-se que essas exigências não são colocadas em termos de negociabilidade, já que o ponto da questão

é precisamente chamar a atenção para uma desigualdade estruturante e para as suas formulações cada vez mais hediondas (Butler & Athanasiou, 2013).

Há nestas reuniões ou manifestações uma força demonstrativa exercida por corpos que chegam com outros corpos a uma área de grande visibilidade e cobertura mediática: é *este* corpo e *estes* corpos, que requerem cuidados de saúde, segurança, emprego, direito a viver como vivem e a ser quem sentem ser - é *este* corpo ou *estes* corpos, ou corpos *como estes*, que vivem em condições de perigo, com infraestruturas dizimadas e em precariedade acelerada (Butler, 2018). Quando se juntam em locais públicos, a exercer o direito plural e performativo de aparecer, insere-se o corpo, a materialidade, no domínio político do *logos*, do discurso da esfera pública, do poder da palavra. Na sua função e significação este aparecer formula o pedido do corpo por uma vida mais digna e suportada tanto a nível económico, como social, moral e político (Butler, 2018).

A racionalidade neoliberal exige autossuficiência ao mesmo tempo que as suas relações de poder acabam por destruir essa mesma possibilidade de autossuficiência no domínio económico e acaba por estabelecer cada membro da população como potencialmente ou efetivamente precário. Faz uso inclusive da sempre presente ameaça de precariedade para justificar a sua regulação dos espaços públicos, para operar um “ostracismo espacial” (Roy, 2016) e a desregulação da expansão do mercado. A precariedade induzida e habilmente distribuída na população produz mudanças na realidade psíquica e, quanto mais os indivíduos procuram estar à altura daquela exigência de responsabilidade, mais isolamento social e mais sujeição à precariedade se observa. Decorre um escalar da ansiedade em relação ao seu futuro e instala-se mesmo um sentimento de que se falhou moralmente (Butler, 2018). É inevitável ver aqui uma redefinição de responsabilidade e de responsabilização, na exigência do indivíduo se tornar o seu próprio timoneiro num contexto que falha precisamente em dar-lhe condições de possibilidade para essa autonomia. É pertinente notar que uma reunião ou manifestação pública procede às suas solicitações exemplificando também uma alternativa ética expressa na concretude dos corpos eles mesmos (na exposição ao corpo que está a nosso lado e não conhecemos, na partilha de condições que ameaçam

o bem-estar físico). Valida-se uma coexistência plural, embora provisória, que exemplifica uma alternativa à responsabilização estritamente individual (Butler, 2018). De facto, logo na solicitação do que é outro e na nossa resposta a essa solicitação subimos esse degrau de responsabilidade pelo outro que excede a autorresponsabilidade.

É tempo de perguntar se esta afeição que surge de um estar-se/ser-se constitutiva e diferencialmente *ao lado* de si mesmo [beside ourselves] (Butler & Athanasiou, 2013) pode, por seu turno, ser um recurso para a realização de novos modelos políticos do ser-em-comum. Pela compreensão da “solicitação-come-responsabilidade” e da “desposseção-come-disposição” (disposição para ir ao encontro do outro, disposição como exposição ao outro sem poder prever os resultados) (Butler & Athanasiou, 2013, p. 108) estamos melhor posicionados para chegar aos termos de outra questão: como é que nos damos quando, na verdade, não somos plenos donos sequer de nós mesmos?

Estamos num domínio de dupla face – resistir e sobreviver – e por isso é difícil gerir essa exposição quando não é possível antecipar o que virá daquilo que não se conhece (Butler & Athanasiou, 2013). Este risco é inerente a uma insistência em permanecer recetivos e impressionáveis. E é precisamente pela assunção deste risco que se concebe o dar-se a outrem. Note-se, de resto, que é lembrando este mesmo risco e o medo de violência que os regimes político-económicos contrapõem à solicitação do outro a legitimidade para tratamentos desiguais e discriminatórios. O que subjaz nestas problematizações é que a performatividade emerge precisamente como um poder de que os precários (os não autorizados a existir por regimes legais e normativos) podem fazer uso para expor e desafiar as condições dessa mesma precariedade. A noção de “vida precária” de Judith Butler propõe-se, então, como um modo de politizar a ontologia social, um modo que não parte da noção de quem conta e quem não conta como humano, mas de uma base de igualdade através da condição de dependência inerente ao humano. Essa pretendida “insurreição ao nível ontológico” (2013, p. 120) é primordial para o trabalho político teórico contemporâneo. Aos olhos de Athena Athanasiou, que dialoga com Butler o tema da desposseção como performatividade

política, a política radical não tem que (e não deve) estar ligada aos fundamentos e prefigurações ontológicas, ainda que seja inevitável referir-se a elas. A política radical deve preocupar-se com a desconstrução dessas estruturas ontológicas que sustentam a política atual (Butler & Athanasiou, 2013).

O ato de nos dirigirmos ou respondermos ao que nos inquieta excede as estruturas formais do captar, do relembrar, do testemunhar, do nomear (onde simultaneamente se legitima o que é nomeado e se expõe o que não é abarcado por esse nomear). Excede porque deixa entrar a imaginação a delinear outros caminhos e, onde a linguagem falha, esse imaginar instiga-nos a captar a singularidade na multidão abstrata (Butler & Athanasiou, 2013). Instiga a ver o rosto e o corpo que reescreve uma narrativa própria, e aproxima-nos - por via política, social, cultural, solidária – de quem está a ser dizimado ou reduzido à insignificância.

Como pode, então, ser reivindicada a viabilidade de uma vida sem ter como ponto de partida político um sujeito de razão, autónomo e volitivo? A vulnerabilidade, a precariedade e a noção de despossessão estabelecem a oportunidade de formar uma base política interseccional que parte, enfim, da relacionalidade e da sobreposição de desigualdades. Trata-se duma proposta de viragem do narcisismo da identidade de si, autónoma e soberana, para uma política e ética das subjetividades pós-identitárias expostas à manifestação do abandono, da vulnerabilidade e da precariedade própria e dos outros (Butler & Athanasiou, 2013).

A “promessa política da performatividade” (Butler & Athanasiou, 2013, p. 140) abre o político a significações futuras imprevisíveis e permite, no excesso performativo da temporalidade social, resistir à tentativa de totalização e naturalização das forças de significação autoritárias. Estariam, deste modo, lançadas as bases para uma reflexão sobre a possibilidade de uma democracia agonística, que vai muito para além de uma simples extensão da inclusão e da tolerância que o liberalismo ostenta. Ou, como aponta Athena Athanasiou, trata-se de como pensar e afirmar uma práxis política que vá além da e, até, contra a redutibilidade normativa a técnicas de governação neoliberal. Como bem conclui,

de qualquer forma, talvez este seja o espírito, e o valor duradouro, mas também a tarefa contínua, da performatividade democrática agonística: disseminar a sua própria fixidez e certeza, abraçar a sua contingência situada e o seu carácter provisório, suspender as definições fechadas da subjetividade política e da ação e, em última análise, permanecer aberta às suas potencialidades imprevisíveis e erros (*in* Butler & Athanasiou, 2013, p. 155).

Vemos, então, a possibilidade de mudança de uma perspetiva de direitos que clamam e reforçam formas de individualismo (e veem o social como mera coleção de indivíduos) para uma perspetiva de performatividade em pluralidade e de formas sociais/coletivas de agência (Butler & Athanasiou, 2013) onde o reconhecimento do humano se instancia naquilo que ainda não conhecemos.

Pensou-se até este ponto como as formas relacionais e corpóreas de política emergem da exposição e da resistência às formas pervasivas de dispensabilidade social. A performatividade política é confirmada e habilitada pelos ajuntamentos ou manifestações pacíficas em espaço público. Com os seus corpos as pessoas batem-se pelo direito ao próprio corpo, entendido aqui não apenas como corpo individual, mas também como relacionalidade entre corpos. A vulnerabilidade do corpo e a indignação tornam-se a condição (indeterminada) da possibilidade de cada participante. Falamos de corpos exaustos: pela violência policial, pela privação de cidadania, pelo assédio público, pelo deslocamento e migração forçados, pela privação de futuro, pela incompreensão e aversão à sua sexualidade e ao seu género, pela ameaça ambiental, pelo racismo e pela xenofobia. O corpo torna-se “a ocasião duma performatividade turbulenta” (Butler & Athanasiou, 2013, p. 178) que abre caminho a pensar de outro modo a materialidade, a afetividade e o conhecimento do mundo.

Daqui partimos, ainda, para políticas diferentes acerca da liberdade – a liberdade corpórea na sua forma plural, onde pode ser dissolvida a fronteira entre esfera pública e esfera privada (Butler & Athanasiou, 2013). Na performatividade política enquanto despossessão ambas as esferas se imiscuem, pois, o que é privado (ex., o necessário à sobrevivência e conforto do corpo) é trazido e organizado na praça pública. A liberdade é aqui instanciada na coabitação e convivialidade, no resistir pelo agir. Para Foucault (2019 [1979]), embora as normas sejam efeitos contingentes dos históricos “regimes da

verdade”, a impossibilidade de estabelecer uma base estável para as práticas políticas constitui simultaneamente a oportunidade de uma certa liberdade: a liberdade que se forma quando as pessoas testam os limites do presente e procuram possibilidades de ser de outro modo. A resistência ao poder é integral à vida e aos meios de que o sujeito dispõe para se construir sujeito, pelo que não pode ser validada por uma arquitetura moral *prêt-à-porter*.

Há múltiplas ações interconectadas nessas manifestações, exibindo a sua condição social de partida - a da precariedade e vulnerabilidade humanas (Butler & Athanasiou, 2013). Dessa pluralidade resulta também uma concepção de liberdade com os outros, onde se inscreve a emancipação face a uma violência atreita à vontade autocrática e à vontade individual soberana. Um projeto ético-político não para um futuro, seja adiado ou quimérico, mas para o presente que ainda nos é desconhecido porque insistimos em não pensar de outro modo.

Considerações Finais

Para os que entrarem nos mesmos rios, outras e outras
são as águas que por eles correm...

Heraclito de Éfeso (*in* Kirk et al., 2013, p.202)

Entre outras coisas, nada me parece mais contestável
do que o slogan que vota o mundo novo à uniformidade;
logo, ao tédio. Não vejo ausência de tédio neste mundo,
nem nunca vi que a liberdade criasse a uniformidade.

Simone de Beauvoir (2015b, p.589)

A ambivalência que decorre de nos opormos àquilo mesmo em que estamos inseridos ou implicados ou, dizendo ainda, de usar o poder para implementar outras modalidades de poder, desilude o intento de uma oposição “pura” a partir da qual se pudesse transcender condicionalismos e se facilitasse o trabalho de criar do zero todo um futuro (Butler, 1993). Em acréscimo, os efeitos da performatividade não terminam quando se acaba de pronunciar uma asserção, quando se aprova uma lei ou quando se anuncia um nascimento. O alcance da sua significância não pode ser controlado por quem proclama ou escreve, uma vez que essas produções não são sua propriedade (Butler, 1993) e acentua-se, perde-se ou transmuta-se nos efeitos múltiplos que (dos previsíveis aos imprevisíveis) cada ato é capaz de engendrar. Assim as dificuldades acrescidas para o reconhecimento de experiências de vida numa comunidade ou sociedade, vendo-nos expropriados dos termos exatos em que se pretende reescrever a própria narrativa. Mas o que se deve sublinhar é que, desta “expropriação necessária e inevitável” (Butler, 1993, p. 185) de uma autoria absoluta, derivam em paralelo os espaços de criação inesperados e o peso da responsabilidade individual (e com os outros) que a liberdade acarreta.

O caminho percorrido até agora permite afirmar que a conceção binária do género construída sobre duas categorias estáveis baseadas no sexo e com transição muito limitada entre si, já não se sustém. Em países como o Canadá, a Dinamarca, Malta,

Escócia e no estado da Califórnia dos E.U.A., os governos estão atentos às solicitações daqueles que não são representados pela binariedade de gênero (Cooper, 2019). Todavia, estes são processos multifacetados e polêmicos, onde nem sempre se consegue o consenso.

Alguns países conseguiram reformular a lei de transição de gênero com oposição mínima de movimentos de gênero progressistas/críticos. Noutros países, a questão de quem consegue definir e entrar na categoria de mulher (e em menor grau de homem) e a questão de se novas categorias de gênero podem e devem ser legalmente criadas, precipitou uma série de pontos inflamados, como nos grupos de ativistas feministas que se opõem a quaisquer mudanças que permitam a categoria de mulher ser mais permeável ou alargada (Cooper, 2019, pp. 9-10).

Entender o gênero para lá de uma estrutura binária implica uma desconstrução de cofragens criadas artificialmente (Lantaffi, 2017). Essas cofragens, delimitando o que são gêneros inteligíveis, instituíram e preservaram uma proclamada coerência e continuidade entre sexo, gênero, orientação sexual e desejo (Butler, 2017a, p. 79). Ao exterior dessa coerência foram votados os “incoerentes”, as relações “proibidas”, os gêneros “ininteligíveis”.

Mas pensar segundo um quadro binário e polarizado acaba por revelar-se insuficiente para fundamentar e analisar as diversas articulações do (e com o) gênero. Ao proporcionar dimensões de estigmatizações e discriminação (Lantaffi, 2017; UNDP, 2017), a lente conceptual binária não deixa ver como a variabilidade de gênero é possível e realizável, e como da sua fluidez resultam conceptualizações de um viver em comum mais responsivo a problemas sociais.

Exemplos de outras nações e contextos apresentam há muito simbologias de sorte, sacralidade ou liderança⁷⁴ ligadas ao gênero não-binário, contrastando com o estigma e a discriminação que parte considerável das sociedades lhe associa: “os *hijra*

⁷⁴ “Throughout history, intersex people and their bodies were first glorified, then stigmatized and discriminated against” (UNDP, 2017, p. 11).

na Índia, os *kathoey* na Tailândia, os *waria* indonésios (...), as identidades *two spirits* das tribos das Primeiras Nações dos Estados Unidos e do Canadá, e os *machi* da América do Sul” (Vincent & Manzano, 2017, pp. 11-12).

O entendimento e reconhecimento da variabilidade de gênero, ou até mesmo da sua não-referência⁷⁵, é um passo essencial para elevar o grau de atenção às situações de desigualdade, exclusão social e violência. As pessoas com gênero varável são mais propensas à vulnerabilidade económica e social porque frequentemente não veem os seus problemas serem levadas a sério ou abordadas de forma adequada. Como não são necessariamente identificáveis de modo direto, promover uma maior consciencialização da variabilidade de gênero pode conseguir maior especificidade de ajuda àqueles que desafiam as expectativas normativas de gênero (Vincent & Manzano, 2017). E apela-se à consciencialização da variabilidade e mutabilidade de gênero, não só entre polos restritos e binários (de “mulher” para “homem” ou de “homem” para “mulher”), mas sobretudo para perceber os espaços liminares que não são ainda entendidos pelas condições jurídicas atuais.

Isso tem repercussões não apenas nos documentos legais individuais, mas também nas estruturas reguladas pelo gênero, como a habitação social, incluindo abrigos; instalações de lazer, como academia e piscinas; casas de banho em espaços públicos; dormitórios em instituições de ensino; hospitais; e prisões (Iantaffi, 2017, p. 289).

É por isso que o futuro teórico e prático do gênero passa também por uma questão física que acresce à do corpo e com ele continua relacionada – a do espaço. Considerações tão práticas e banais como a rearticulação e modificação de espaços e

⁷⁵ Porque, por mais abrangente que seja o gênero, sempre pode deixar alguma identidade à parte. Veja-se este exemplo: “Christie Elan-Cane says, ‘I really wish that people would not refer of [sic] my non-gendered identity as my ‘gender identity’. I am non-gendered. I have a core identity that is as real and valid as the core identity of any gendered person but it is not a gender identity. It is an identity’ (...). Elan-Cane’s position is that to talk of per [Elan-Cane requests use of the terms per and perself rather than gendered pronouns] as having a non-binary gender misses the point completely. Elan-Cane is a person who does not equate their personal sense of being as having any sort of gender. Referring to per as having a non-binary, or non-gendered identity equates per’s sense of selfhood still within the context of gender, yet per lives outside of, and without gender (...). For many people with non-binary identities, or identities outside of any genders - whether trans or not - this is the real problem” (Clucas & Whittle, 2017, p. 77).

serviços públicos ganham mais significado quando se percebe que “a aceitação social e o acolhimento podem levar a cada vez mais adaptações legais e arquitetónicas, especialmente se os géneros não binários puderem alcançar a cidadania pelo reconhecimento legal” (Iantaffi, 2017, pp. 289-290). Este é um exemplo entre outros que facilitam o entendimento de que nenhuma consideração sobre o género fará pleno sentido sem levar em conta a noção de interseccionalidade, isto é, a ação interdependente e exacerbadora de várias limitações, opressões e discriminações. Esta noção importa para evidenciar que o género não trabalha isolado de outras identidades e categorias (Butler & Weed, 2011) e pode, por isso, ser experienciado de modo diverso consoante a sobreposição de variáveis de racismo, xenofobia, condição económica, religião, sexismo, transfobia ou homofobia. Da problematização do género podem, pois, ser esperados múltiplos caminhos de investigação.

As considerações sobre percursos futuros do género não deixam de ter presente uma articulação de temáticas que passa, por exemplo: pelos processos de desterritorialização de identidades e de experiências (Braidotti, 2011) que vão ganhando lugar na consciência de comunidades multiculturais e de migrantes; pelo impacto relevante de feminismos críticos⁷⁶; ou, ainda, pelo entendimento das dinâmicas insidiosas de poder e de opressão instituída que resultam tantas vezes em discriminação e/ou violência sistémica. Apelar ao contributo interseccional faz reconsiderar o padrão cultural dominante em várias áreas (desde a saúde pública aos contextos legais) que adota como norma o indivíduo branco, cis, geralmente (mas não exclusivamente) masculino, saudável, jovem, heterossexual e da classe média (Iantaffi, 2017). É sobre este padrão que ainda hoje se estabelecem, por exemplo, testes psicológicos, referências médicas e indicadores de saúde. Os “corpos interseccionais”, como os não

⁷⁶ Como explicam Judith Butler e Elizabeth Weed, “It is thus a serious and critical reversal within feminist scholarship to focus not only on when women achieved rights, and through what struggles (important as that is), but how the very notion of rights was gendered from the start, and how women’s struggles intervened to reshape the very meaning and range of rights. The first perspective is more or less identitarian, but the second is an example of critique, since it focuses on how gender actively produces and circumscribes a domain of knowledge or a central category of social and political life. Such an approach unleashed a wide range of questions: how is gender to be understood in relation to other prevalent concepts such as universality, equality, freedom, but also rights, civil society, private and public spheres, labor? In this way, gender as a category never works alone” (2011, p. 4).

binários, mas também os doentes e incapacitados, descredibilizam o valor e utilidade daqueles padrões porque acentuam a impossibilidade de unidades de medição para a psique, para o corpo e para o bem-estar. E com essa impossibilidade, muitas estruturas contemporâneas poderão mesmo esvanecer (Iantaffi, 2017).

Porque “[a]s dimensões materiais (...) dos sujeitos comprometidos com ações é uma arena rica que formará e será formada por pesquisas baseadas nas perspectivas de corporalização [embodiment]” (Tolman et al., 2014, p. 790), antecipam-se domínios de investigação de que fazem parte, por exemplo (e para referir assuntos abordados nesta dissertação), as limitações da “retórica da escolha” ou a agência na decisão sobre gênero e sexualidade. Em paralelo, as teorizações do corpo a partir das narrativas culturais contemporâneas como os clubes de striptease, a comoditização do sexo e a remoção do sexo dos contextos de moralidade e tolerância podem formular novas questões para pesquisas sobre corporeidade. Sublinhe-se também a necessidade de investigação de “novas” vertentes da corporeidade que passam inevitavelmente pelos corpos “não conformes” (seja numa perspectiva de incapacidade física [disability studies], seja na dos estudos *queer* e não-binários ou, ainda, na da doença crônica) e, em acréscimo, de como estes corpos propõem entendimentos interseccionais de gênero, poder e sexualidade (Tolman et al., 2014).

Está-se na senda de pesquisas que trazem o corpo e a corporalização [embodiment] a uma arena que “tem amplamente ignorado o corpo como um ‘sujeito de conhecimento’” (Tolman et al., 2014, p. 790). Neste âmbito, as questões de subjetividade e de identidade para que o gênero não-binário contribui são nucleares no pensamento filosófico contemporâneo, também pelas implicações que essas noções têm em representações alternativas de igualdade, justiça e liberdade. A subjetividade e a identidade reportam-se à “individualidade de uma consciência reflexiva corporalizada e, portanto, do sujeito”, mas enquanto a “identidade se refere a um processo de filiação, pertença e reconhecimento de um vínculo com uma comunidade ou grupo social”, a “subjetividade, por sua vez, refere-se ao processo de autodefinição segundo uma interface entre o corpo e os outros/o social” (Medico, 2019, p. 62). Pode dizer-se que têm pontos sobreponíveis, porquanto uma identidade pode ser o resultado desse

processo da subjetividade numa “nomeação de si” (ibid.), mas o gênero como identidade não equivale à subjetividade de gênero. No primeiro caso há uma negociação com as normas que atinge eventualmente uma forma estável; no segundo caso, encontramos variabilidade porquanto o sentimento e representação de si variam com o contexto (Medico, 2019). Claro que esta variabilidade não está isenta de questões relacionais e políticas, mas é enfim nos interstícios da subjetividade e da identidade que o sujeito do gênero realiza, encarnando, novos possíveis e reescreve narrativas de si, para si e para os outros (Medico, 2019). “O Sujeito aceita, escolhe, muda sua identidade, deixa-se guiar pela sua subjetividade sempre encarnada que ele organiza, escuta ou nega” (ibid., p. 62).

As pessoas não-binárias, os coletivos emergentes e os ativismos ganham cada vez mais visibilidade e impulso (Stewart, 2017) e garantir mais estudos não-binários sobre o gênero tornou-se uma necessidade (Tolman et al., 2014; Stewart, 2017; Gessen, 2020). Todavia, contra a intuição desta necessidade de pesquisa, assistiu-se já ao cancelamento de programas acadêmicos, como na Hungria⁷⁷. Esta é uma luta que permanece representada pelos que se insurgem e defendem programas de estudos de gênero um pouco por todo o mundo (Gessen, 2020)⁷⁸.

O que se tem estudado mais até hoje é a restrição, e indiscutivelmente a violência, atribuída a vidas com gênero alocadas ao ser homem ou ser mulher (Stewart, 2017). Porém, as limitações e restrições que decorrem de atribuições de sexo e gênero logo no nascimento têm mais abrangência de pessoas (como vimos as pessoas não-binárias e intersexo) e de períodos da vida, pois estas condições perpetuam-se em algum modo na adolescência e vida adulta. Ao oferecerem perspectivas ricas sobre o gênero, as vidas não-binárias têm poder para esculpir possibilidades que não estão a ser

⁷⁷ Mais informação disponível em <https://www.insidehighered.com/quicktakes/2018/10/17/hungary-officially-ends-gender-studies-programs> (consultado em maio de 2020).

⁷⁸ “There is also an active resistance against them, and I am now part of that. (...) I am also working with friends in Europe and elsewhere who are trying to defend gender-studies programs against closure - we call ourselves the Gender International” (Judith Butler numa entrevista de fevereiro de 2020, *in* Gessen, 2020).

plenamente exploradas hoje em dia e, por isso, podemos dizer que são “a vanguarda da existência de género que está a mudar a paisagem das possibilidades de género” (Stewart, 2017, p. 67). Nesta mudança de paisagem encontra-se ainda a ironia de a designação “não-binário” perpetuar esse ponto de comparação ou referencial ao redor do qual tudo se tem movido - a binariedade de género. Seria interessante ver surgir um termo, não no sentido de uma demarcação (que seria um contrassenso face ao que foi aqui elaborado), mas que superasse, tanto quanto possível, esse ponto de referência e permitisse que todos, sem exceção, fizessem igualmente parte do seu foco.

Não posso deixar de referir mais vertentes de mudança, talvez mais imediatas, como as que se centram na revisão das classificações de identidades não-binárias e trans pela Organização Mundial de Saúde, nomeadamente a mais recente Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados [International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD 11]⁷⁹ que vigorará a partir de janeiro de 2022. Na mais recente versão da ICD há um novo capítulo sobre saúde sexual que reúne condições que antes eram categorizadas ou descritas de modo diferente:

[a] incongruência de género (...) foi transferida dos transtornos mentais na CID para as condições de saúde sexual. O raciocínio é que, embora as evidências sejam agora claras de que não é um transtorno mental e, de facto, classificá-lo assim pode causar um enorme estigma para as pessoas que são transgénero, permanecem necessidades de cuidados de saúde significativas que podem ser melhor atendidas se a condição for classificada segundo o ICD.⁸⁰

Apesar desta revisão, a adesão dos países não ocorrerá toda ao mesmo ritmo. De facto, alguns países ainda estão a usar versões antigas (ICD 8 e ICD 9) e dá-se ainda o caso de, por exemplo, a ICD 10 (de 1990) só em 2015 ter passado a ser usada nos E.U.A.⁸¹, o que

⁷⁹ Constitui a base para identificar tendências e estatísticas de saúde em todo o mundo e pode ser consultada em <https://icd.who.int/en>.

⁸⁰ Segundo informação que consta na página web <https://www.who.int/news-room/spotlight/international-classification-of-diseases#> (consultado em maio de 2020).

⁸¹ Ibid.

aponta os desfasamentos de implementação que ditas revisões comportam. Portanto, isto levará a situações incongruentes e insatisfatórias em que pessoas trans e pessoas não-binárias cumprem os critérios de diagnóstico para “disforia de género segundo um manual de classificação psiquiátrica como o DSM-5 (...), mas também cumprem critérios de diagnóstico para incongruência de género, que é classificada como uma condição médica (mas não um transtorno mental) na ICD -11” (Murjan & Bauman, 2017, p. 128).

Vislumbrámos apenas como existirmos um mundo onde o género não é binário. Não se trata propriamente de algo novo, pois apontou-se que as considerações de diversidade de género não são um facto contemporâneo e nem localizado num único ponto do globo. A diferença desta recriação do mundo está precisamente na contingência que vivemos:

[é] provável que diferentes sistemas sociais geopolíticos possam desenvolver diferentes maneiras de codificar os géneros, de acordo com as normas linguísticas, culturais e socialmente situadas. Ao mesmo tempo, não há como negar que vivemos num mundo digital onde o acesso à Internet está a crescer rapidamente e, com isso, a conexão global. O que é local está a ser redefinido e continuará a ser redefinido consoante os movimentos e indivíduos se conectam através do espaço com mais facilidade do que nunca - influenciando a produção e o acesso ao conhecimento. Os géneros não-binários estão localizados dentro desses contextos maiores, prosperando e evoluindo dentro deles. Por isso, acredito que é preciso habituarmo-nos a conviver com a incerteza. (...) Em última análise, as trajetórias futuras dos géneros não-binários serão provavelmente múltiplas, mutáveis e imprevisíveis (Iantaffi, 2017, p. 293).

Extrapolando, pode afirmar-se que o que se refletiu até aqui está de acordo com uma leitura ou pensamento integrador e consciente também de dimensões transnacionais e multiculturais. Assim se compreende, em paralelo, a inscrição e mútuo reforço do individual com o social, do privado com o público e do local com o global, donde emerge uma ideia de felicidade que não se coaduna com uma estase contemplativa, mas sim com alcançar a liberdade “pela constante superação em vista de outras liberdades” (Beauvoir, 2015a [1949], p. 32).

Nenhum destes itens pode, contudo, ser esgotado no âmbito desta dissertação e justificam um trabalho continuado. Como uma introdução a essa continuidade, esta

dissertação acolheu reflexões que preparam alternativas ao *status quo* para pensar (e refazer) o humano e concomitantemente o viver em comum. São reflexões que defendem a relacionalidade e a fluidez entre discursos e esquemas de pensamento na vez de dicotomias e filiações ou hierarquias conceptuais. Mas não só. A relacionalidade e a fluidez foram expressas também noutros sentidos: sugerindo que os meios académicos e científicos não devem ignorar a sua permeabilidade às estruturas sociais e culturais; convocando a noção de interseccionalidade; e, por fim, reconhecendo que uma compreensão mais abrangente dos fenómenos que nos rodeiam, e que nos incluem, beneficia quer da investigação dos académicos e cientistas, quer do contributo, muitas vezes na primeira pessoa, da comunidade em geral.

Problematizar o género não-binário convoca a imprevisibilidade e a única constante do mundo que é a mudança. Estes são os constituintes e, ao mesmo tempo, as condições de possibilidade de uma incessante invenção do humano e dos sentidos individuais e coletivos do seu experienciar. Pelos processos (económicos, culturais, políticos, sociais, tecnológicos) da globalização, numa crescente conexão e mútuo condicionamento entre local e global, surgem desafios à realização individual e ao viver em comum. A liberdade, a igualdade e a justiça exigem perspetivas interseccionais. Os projetos ético-políticos do presente que ponderem as mudanças do mundo e, se quisermos, o efeito fita de Moebius das suas componentes, não podem alhear-se de reequacionamentos conceptuais e categoriais, de pontes entre teorizações e práticas consequentes, de diversificar formas de agência e de participação nas relações de e com o poder. Aqui está patente o papel direto e fulcral da filosofia contemporânea e da filosofia social e política. Questionar as estruturas do pensar e agir humanos e, ainda, tentar compreender como são trabalhadas e que consequências daí advêm na vivência diária, é uma tarefa contínua que confirma o incerto, o contingente e, ademais, confronta legados histórico-filosóficos. Assim podem germinar alterações do *status quo* sociopolítico que, para mais, não tem acompanhado o ritmo vertiginoso da globalização tecnológica. E é neste desfasamento de ritmos que hão-de sempre emergir outros e inquietantes problemas para (e com) o humano.

Bibliografia

ARORA, Priya - Poet Alok Vaid-Menon: "I am part of something greater than myself" [Em linha]. **Huffington Post**, 2018, June 20. [Consultado em abril de 2020]. Disponível em: www.huffpost.com/entry/alok-vaidmenon_n_5b27dae4e4b0783ae12bd140.

BEAUVOIR, Simone de - **O Segundo Sexo, vol. I**. 2ª ed. Lisboa: Quetzal, 2015a [1949]. 416 p. ISBN 9789897221934.

____ **O Segundo Sexo, vol. II**. 2ª ed. Lisboa: Quetzal, 2015b [1949]. 600 p. ISBN 9789897221941.

BRAIDOTTI, Rosi - **Transpositions, On Nomadic Ethics**. Cambridge: Polity Press, 2006. 1ª ed. 320 p. ISBN 978-0745635965.

____ **Nomadic Subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory**. 1ª ed. 352 p. New York Chichester: Columbia University Press, 2011. ISBN 9780231153898.

BUTLER, Gary E. - Child and Adolescent Endocrinology. In RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John, eds. - **Genderqueer and Non-Binary Genders (Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity)**. 1ª ed. London, New York: Palgrave Macmillan, 2017. 306 p. ISBN 978-1-137-51052-5. pp. 171-182.

BUTLER, Judith - Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex. **Yale French Studies** [Em linha], nº 72, Simone de Beauvoir: Witness to a century (1986): 35-49. [Consultado em fevereiro de 2020]. doi:10.2307/2930225.

____ **Bodies that Matter**. New York: Routledge, 1993. 1ª ed. 226 p. ISBN 0-415-90366-1.

____ Against proper objects. **differences: A Journal of Feminist Cultural Studies** [Em linha]. 6:2-3 (1994): 1-?. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em: <http://www.sfu.ca/~decaste/OISE/page2/files/ButlerAgainstProper.pdf>

___ **The Psychic Life of Power, Theories in Subjection**. 1ª ed. Stanford: Stanford University Press, 1997. 228 p. ISBN 978-0804728126.

___ Analysis to the core commentary on papers by James H. Hansell and Dianne Elise. **Psychoanalytic Dialogues** [Em linha]. 8:3 (1998) 373-377. [Consultado em maio de 2020]. Doi: <https://doi.org/10.1080/10481889809539255>

___ Appearances Aside. **California Law Review** [Em linha]. 88:55 (2000) 55-63. [Consultado em abril de 2020]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3481273?origin=JSTOR-pdf>

___ Violence, Mourning, Politics. **Studies in Gender and Sexuality** [Em linha]. 4:1 (2003) 9-37. [Consultado em abril de 2020]. Doi: [10.1080/15240650409349213](https://doi.org/10.1080/15240650409349213)

___ **Undoing Gender**. 1ª ed. New York: Routledge, 2004. 288 p. ISBN 9780415969222.

___ Sexual politics, torture and secular time. **The British Journal of Sociology** [Em linha]. 59: 1 (2008a) 1-23. [Consultado em março de 2020]. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2007.00176.x>

___ A response to Ali, Beckford, Bhatt, Modood and Woodhead. **The British Journal of Sociology** [Em linha]. 59:2, (2008b) 255-260. [Consultado em março de 2020]. DOI: [10.1111/j.1468-4446.2008.00192.x](https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2008.00192.x).

___ Performativity, Precarity and Sexual Politics. **AIBR, Revista de Antropologia Iberoamericana**. 4:3 (Sep.-Dec. 2009) i-xiii. Disponível em: <https://www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040301b.pdf>. ISSN: 1695-9752.

BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth, eds. - **The Question of Gender, Joan W. Scott's Critical Feminism**. 1ª ed. Bloomington: Indiana University Press, 2011. 336 p. ISBN 978-0253223241.

BUTLER, Judith - **Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France**. New York: Columbia University Press, 2012. 1ª ed. 304 p. ISBN 9780231159982.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena - **Dispossession: The Performative in The Political**. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2013. 240 p. ISBN 978-0745653815.

BUTLER, Judith [et al.] - Judith Butler et Monique David-Ménard: d'une autre à l'autre. **L'Évolution Psychiatrique** [Em linha]. 80:2 (2015) 317 - 330. [Consultado em fevereiro de 2020]. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.evopsy.2015.02.002>.

BUTLER, Judith - **Problemas de Género, Feminismo e Subversão da Identidade**. 1ª ed. Lisboa: Orfeu Negro, 2017a. 320 p. ISBN 9789898868091.

___Cuerpos fragmentados: Respuesta a Monique David-Ménard. **Acta poética** [Em linha]. 38:2 (2017b) 53-60. [Consultado em abril de 2020]. Doi: <http://dx.doi.org/10.19130/iifl.ap.2017.2.800>.

___ **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. 1ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 2018. 256 p. ISBN 9780674967755.

CLUCAS, Rob; WHITTLE, Stephen - Law. In RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John, eds. - **Genderqueer and Non-Binary Genders (Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity)**. 1ª ed. London, New York: Palgrave Macmillan, 2017. 306 p. ISBN 978-1-137-51052-5. pp. 73-99.

COLEMAN, Lara Montesinos - Struggles, over rights: humanism, ethical dispossession and resistance. **Third World Quarterly** [Em linha]. 36(6) (2015) 1060–1075. [Consultado em março de 2020]. Doi: 10.1080/01436597.2015.1047193.

COOPER, Davina - A Very Binary Drama: The Conceptual Struggle for Gender's Future [Em linha]. **Feminists@law** [Em linha]. 9:1 (2019) 1-36. [Consultado em abril de 2020]. Disponível em: <https://journals.kent.ac.uk/index.php/feministsatlaw/article/view/655>.

CRENSHAW, Kimberlé - Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review** [Em linha]. 43:6 (1991) 1241–1299. [Consultado em março de 2020]. Doi: 10.2307/1229039

ELDERS, M. Jocelyn; SATCHER, David; CARMONA, Richard - **Re-Thinking Genital Surgeries on Intersex Infants** [Em linha]. June, 17, 2017. [Consultado em maio de 2020].

Disponível em: <https://www.palmcenter.org/publication/re-thinking-genital-surgeries-intersex-infants/>.

FAUSTO-STERLING, Anne - Life in the XY corral. **Women's Studies International Forum** [Em linha]. 12:3 (1989) 319-331. [Consultado em abril de 2020]. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0277-5395\(89\)80009-3](https://doi.org/10.1016/S0277-5395(89)80009-3)

____ The Five Sexes. **The Sciences** [Em linha]. 33 (1993) 20-24. [Consultado em fevereiro de 2020]. Doi: [10.1002/j.2326-1951.1993.tb03081.x](https://doi.org/10.1002/j.2326-1951.1993.tb03081.x)

____ **Sexing the body. Gender politics and the construction of sexuality**. 1ª ed. New York: Basic Books, 2000. 473 p. ISBN 978-0-465-07714-5.

____ **Sex/Gender, Biology in a Social World**. 1ª ed. New York and London: Routledge, 2012. 142 p. ISBN 978-0-415-88146-3.

____ Nature. In STIMPSON, Catherine; HERDT, Gilbert, eds. - **Critical Terms for the Study of Gender**. 1ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 2014. DOI: 10.13140/2.1.3621.3129. pp. 294-315.

____ Why Sex Is Not Binary [Em linha]. 2018, October 25. [Consultado em abril de 2020]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/25/opinion/sex-biology-binary.html>.

____ Gender/Sex, Sexual Orientation, and Identity Are in the Body: How Did They Get There? **The Journal of Sex Research** [Em linha]. 56: 4-5 (2019) 529-555. [Consultado em janeiro de 2020]. Doi: [10.1080/00224499.2019.1581883](https://doi.org/10.1080/00224499.2019.1581883).

FOUCAULT, Michel - Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société française de philosophie** [Em linha]. 82 :2 (avr/juin 1990) 35 – 63. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. [Tradução de Gabriela L. Borges e revisão de

Wanderson do Nascimento]. [Consultado em março de 2020]. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>.

FOUCAULT, Michel; SENNETT, Richard - Sexuality and Solitude. **London Review of Books** [Em linha]. 3:9 (21 May 1981). [Consultado em abril de 2020]. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v03/n09/michel-foucault/sexuality-and-solitude?referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>.

FOUCAULT, Michel - **História da Sexualidade I, A Vontade de Saber**. Lisboa: Relógio D'Água, 1994a [1976]. 161 p. ISBN 9789727082407.

___ **História da Sexualidade III, O Cuidado de Si**. Lisboa: Relógio D'Água, 1994b. 281 p. ISBN 9789727082421.

___ **Em defesa da sociedade, Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1976]. 382 p. ISBN 85-336-1004-1.

___ **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa, Edições 70, 2019 [1979]. 452 p. ISBN 9789724415444.

GERMON, Jennifer - **Gender, A Genealogy of an Idea**. 1ª ed. New York: Palgrave Macmillan US, 2009. 294 p. ISBN 978-0-230-60827-6.

GESSEN, Masha - Judith Butler Wants Us to Reshape Our Rage. **The New Yorker** [Em linha]. 9 Feb. 2020. [Consultado em abril de 2020]. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/the-new-yorker-interview/judith-butler-wants-us-to-reshape-our-rage>

GIARDINA, Michael D.; DENZIN, Norman K. - Acts of activism ↔ politics of possibility: Toward a new performative cultural politics. **Cultural Studies - Critical Methodologies** [Em linha]. 11:4 (2011) 319-327. [Consultado em fevereiro de 2020]. Doi: 10.1177/1532708611414657

HYDE, Janet Shibley [et al.] - The Future of Sex and Gender in Psychology: Five Challenges to the Gender Binary. **American Psychologist** [Em linha]. 2018, July 19. [Consultado em maio de 2020]. DOI: [10.1037/amp0000307](https://doi.org/10.1037/amp0000307)

IANTAFFI, Alex - Future Directions. In RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John, eds. - **Genderqueer and Non-Binary Genders (Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity)**. 1ª ed. London, New York: Palgrave Macmillan, 2017. 306 p. ISBN 978-1-137-51052-5. pp. 283-296.

IRIGARAY, Luce - **This Sex Which Is Not One**. New York: Cornell University Press, 1985 [1977]. 223 p. ISBN 0-8014-9331-5.

KESSLER, Suzanne J.; MCKENNA, Wendy - **Gender, An Ethnomethodological Approach**. 1ª ed. Chicago: Chicago Press, 1985. 252 p. ISBN 9780226432069.

KESSLER, Suzanne J. - The Medical Construction of Gender: Case Management of Intersexed Infants. **Signs Journal of Women in Culture and Society** [Em linha]. 16: 1 (September 1990) 3-26. [Consultado em janeiro de 2020]. DOI: 10.1086/494643

____ **Lessons from the Intersexed**. 1ª ed. New Jersey: Rutgers University Press, 1998. 208 p. ISBN 978-0813525303.

KIRK, Geoffrey S.; RAVEN, John Earle; SCHOFIELD, Michael - **Os Filósofos Pré-Socráticos**. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. 546 p. ISBN 9789723105032.

MBEMBÉ, Achille - Necropolitics. **Public Culture** [Em linha]. 15:1 (2003) 11-40. Duke University Press. Project MUSE database. [Consultado em maio de 2019]. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/postgraduate/masters/modules/postcol_theory/mbembe_22necropolitics22.pdf.

MEDICO, Denise - Genres, subjectivités et corps au-delà de la binarité. **Filigrane: Revue de Psychanalyse** [Em linha]. 28 :1 (2019) 57–71. [Consultado em fevereiro 2020] de <https://doi.org/10.7202/1064597ar>.

MERLEAU-PONTY, Maurice - *Fenomenologia da percepção*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1945]. 662 p. ISBN 85-336-1033-5.

MURJAN, Sarah; BOUMAN, Walter Pierre - Psychiatry. In RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John, eds. - **Genderqueer and Non-Binary Genders (Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity)**. 1ª ed. London, New York: Palgrave Macmillan, 2017. 306 p. ISBN 978-1-137-51052-5. pp. 125-140.

O'DONNELL, Chris - "It's hard to come out as intersex . . . people still don't know what it means". **The Irish Times** [Em linha]. Nov 13, 2019. [Consultado em março de 2020]. Disponível em: <https://www.irishtimes.com/life-and-style/health-family/it-s-hard-to-come-out-as-intersex-people-still-don-t-know-what-it-means-1.4073377>.

PAGE, David - The sex-determining region of the human Y chromosome encodes a finger protein. **Cell** [Em linha]. 51:6 (December 24, 1987) 1091-1104. [Consultado em março de 2020]. Doi: [https://doi.org/10.1016/0092-8674\(87\)90595-2](https://doi.org/10.1016/0092-8674(87)90595-2)

RICHARDS, Christina [et al.] - Non-binary or Genderqueer Genders. **International Review of Psychiatry** [Em linha]. 28:1 (2016) 95–102. [Consultado em fevereiro de 2020] <http://dx.doi.org/10.3109/09540261.2015.1106446>

RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John, eds. - **Genderqueer and Non-Binary Genders (Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity)**. 1ª ed. London, New York: Palgrave Macmillan, 2017. 306 p. ISBN 978-1-137-51052-5.

ROY, Ananya - Dis/possessive collectivism: Property and personhood at city's end. **Geoforum** [Em linha]. 80 (2016) A1–A11. [Consultado em fevereiro de 2020]. Doi: 10.1016/j.geoforum.2016.12.012.

RUBIN, Gayle - Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In Parker, Richard; Aggleton, Peter, eds. - **Culture, Society and Sexuality: A Reader**. 1ª ed. Abingdon: Routledge, 2007. ISBN 9780415404563. pp. 143-178.

SÁENZ, Marina Echebarría; ALABAO, Nuria - Si barren a las transexuales, después irán a por las feministas. **Contexto y acción** [Em linha]. 253 (Diciembre 2019). [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em https://ctxt.es/es/20191225/Politica/30268/Nuria-Alabao-Marina-Echebarria-Saenz-LGTBI-Universidad-de-Valladolid-feminismo-Fundacion-Triangulo.htm?fbclid=IwAR3k97eTyMybEjb5r2Yq2UJfLcggmKLWfb-pG1fMI_ylrOPmnX9m-1RzKQg

SANTI, Karin; ORTEGA, Mariel - **5 lessons that can help us understand what it means to be intersex and what are the inclusion challenges they face** [Em linha]. 2018. [Consultado em maio de 2020]. Disponível em: <https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/blog/2018/5-lecciones-para-entender-que-significa-ser-una-persona-intersex.html>.

STEWART, Jay - Academic Theory. In RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John, eds. - **Genderqueer and Non-Binary Genders (Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity)**. 1ª ed. London, New York: Palgrave Macmillan, 2017. 306 p. ISBN 978-1-137-51052-5. pp. 53-72.

TATE, Charlotte Chucky; HAGAI, Ella Ben; CROSBY, Faye j. - **Undoing the Gender Binary**. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. ISBN: 9781108584234.

TOLMAN, Debora; BOWMAN, Christin; FAHS, Breanne - Sexuality and embodiment. In TOLMAN, Debora [et al.] eds. - **APA handbook of sexuality and psychology, Vol. 1. Person-based approaches** [Em linha]. (2014) 759–804. [Consultado em março 2020]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303560099_Sexuality_and_embodiment.

VAN ANDERS, Sari - Beyond sexual orientation: Integrating gender/sex and diverse sexualities via sexual configurations theory. **Archives of Sexual Behavior** [Em linha]. 44 (2015) 1–37. [Consultado em março de 2020]. Doi:10.1007/s10508-015-0490-8

VINCENT, Ben; MANZANO, Ana - History and Cultural Diversity. In RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John, eds. - **Genderqueer and Non-Binary**

Genders (Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity). 1ª ed. London, New York: Palgrave Macmillan, 2017. 306 p. ISBN 978-1-137-51052-5. pp. 11-30.

WITTIG, Monique - The mark of gender. **Feminist Issues** [Em linha]. 5 (1985) 3–12. [Consultado em março 2020]. Doi: <https://doi.org/10.1007/BF02685575>

Outras obras consultadas

APA [American Psychological Association] - **Key Terms and Concepts in Understanding Gender Diversity and Sexual Orientation Among Students** [Em linha]. 2015. [Consultado em março de 2020]. Disponível em <https://www.apa.org/pi/lgbt/programs/safe-supportive/lgbt/key-terms.pdf>.

CIG [Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género] - Glossário. In **Guião de Educação, Género e Cidadania** [Em linha]. 2009. pp. 325-332. [Consultado em março de 2020]. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/325_332_t3c_capGLOSSARIO.pdf.

HRW [Human Rights Watch & InterACT] - **“I Want to Be Like Nature Made Me”: Medically Unnecessary Surgeries on Intersex Children in the US**. 2017. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2017/07/25/i-want-be-nature-made-me/medically-unnecessary-surgeries-intersex-children-us>.

UNDP [United Nations Development Programme] - **Intersex Research Study Albania, Bosnia And Herzegovina, The Former Yugoslav Republic of Macedonia And Serbia** [Em linha]. 2017. [Consultado em março de 2020]. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/rbec/docs/Intersex%20Research%20Study%20UNDP%202017.pdf#page=13&zoom=100,0,0>.

WHO [World Health Organization] - **ICD-11, Classifying disease to map the way we live and die** [Em linha]. 2018. [Consultado em maio de 2020]. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/spotlight/international-classification-of-diseases>.